



**URUBU  
E O BOI**

**A FOME DA  
BURGUESIA  
E O PODER  
POPULAR**

**CONSTANCE CLARK**

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO  
INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Ministerio da Cultura  
Fundação Joaquim Nabuco  
Instituto de Pesquisas Sociais  
Departamento de Economia

O URUBU E O BDI  
A fome da burguesia e o poder popular

Constance Clark

Recife, 1989

## SUMARIO

APRESENTAÇÃO .....	5
CAP. 1 - O BOI NAO QUER MORRER - Caracterização geral de um estudo sociológico do poder popular .....	7
1. Introdução .....	7
2. O problema do poder popular - enfoque deste estudo .	10
2.1. Ideias principais do estudo .....	10
2.1.1. O exercicio do poder popular .....	10
2.1.2. Obstaculos ao poder popular .....	11
2.2. O conceito de poder popular .....	13
2.3. O plano do trabalho .....	20
3. Notas metodológicas .....	21
3.1. Descrição da metodologia geral .....	21
3.2. A população pesquisada .....	22
3.3. Grau de representatividade da população pesquisada .....	24
4. Algumas considerações valorativas .....	26
CAP. 2 - SE CORRER O BICHO PEDA - Alimentação e poder popular .	28
1. A luta anti-fome: Poder popular versus custo de vida .....	30
1.1. Fora do sistema - O mangue, o mar, O mercado do pobre .....	31
1.2. Dentro da logica do sistema -- apertar o	

	clinto .....	36
	1.3. Reivindicações políticas .....	40
	2. Alguns limites a resistência popular contra a fome. 42	
	2.1. Modernização da agricultura -- expulsão do produtor .....	43
	2.2. O estatuto da terra; garantia dos direitos do capital .....	46
	2.3. Exportação: Disparam os preços, desaparece o feijão .....	55
CAP. 3	SE FICAR O BICHO COME: Moradia e poder popular .....	60
	1. As lutas do povo .....	66
	1.1. Ação direta .....	67
	1.2. Reivindicação individual e coletiva .....	69
	1.3. As lutas jurídicas .....	72
	2. Limites institucionais ao exercício do poder popular na procura de uma moradia .....	76
	2.1. A propriedade privada, prioridade do Estado ..	76
	2.2. A política urbanística -- os serviços urbanos a serviço de quem? .....	82
CAP. 4	SE LUTAR, A GENTE GANHA: Poder popular versus salários baixos .....	91
	1. A luta pelo salário e pelo emprego .....	92
	1.1. As iniciativas dentro da lógica do sistema ...	93

1.2. As lutas extra-sistema .....	100
1.3. O apelo ao Sindicato .....	102
2. Os obstáculos institucionais: a luta pelo salário humano e o pleno emprego .....	105
2.1. Industrialização concentradora .....	107
2.2. A política salarial .....	109
2.2.1. Os reajustes salariais .....	110
2.2.2. Política anti greve e anti-estabilidade .....	112
3. Política eleitoral .....	116

CAP. 5 - VENÇA NA VIDA QUEM DIZ SIM A PRÓPRIA VIDA: As possibilidades do poder popular .....	121
1. Resumo. Poder popular, seu exercício e os limites institucionais ao seu pleno desenvolvimento .....	122
2. A estrutura social classista, tecnicista, dependente .....	125
3. As possibilidades do poder popular .....	126
3.1. Dois cenários do futuro do poder popular ....	126
3.2. As possibilidades do poder popular .....	130
4. Poder popular - pode? .....	136

## Apresentação

Durante os anos 1981-1982 me preocupei, junto com Helenilda Cavalcanti, com o problema da powerlessness, a síndrome de falta de poder, na população de baixa renda do Recife. Enquanto Helenilda foi se aprofundando cada vez mais nesta questão, eu me envolvi muito com o verso desta moeda: diante de um contexto social que cultiva este sentimento de falta de poder, com a apatia e inércia que esse induz, quais os mecanismos pelos quais a população de baixa renda consegue sobreviver, celebrar? Por isso, destaquei a questão do poder popular, e os instrumentos empregados pelas classes dominantes para garantir que as iniciativas tomadas pelo povo não levem a uma mudança fundamental. O Boi só quer viver mas o Urubu também quer comer.

Passaram-se 5 anos desde que elaborei a primeira versão deste trabalho. Completei o mestrado e o curso de doutorado em Economia. Andei na minha terra natal. Voltei a minha terra de coração. E encontrei mudanças na sociedade e na minha maneira de ver-la. Hoje enfocaria esta questão de outra maneira, empregaria instrumentos de análise mais aprimorados. Mesmo assim, espero que este trabalho capture uma percepção sobre a realidade do povo recifense que possa provocar maiores aprofundamentos na tentativa de imaginar uma sociedade nova, na qual não haveria nem Urubu nem Boi mas gente -- homens e mulheres colaborando na construção da sociedade que há de vir.

Quero agradecer a FUNDAP pelo apoio que sempre me deu; a Clevis Cavalcanti que me incentivou no aprofundamento desta

problemática, a Helenilda Cavalcanti, companheira de trabalho e amiga, a Rosa Amorim, que me apoiou na finalização deste estudo. Devo muito ainda a Daniel Galindo, Ana Elisa V. Lima, Nagda Galindo, Maria do Socorro Pedrosa de Araujo e a Marcelino Figueiredo pelo seu trabalho de edição do texto final.

Sem a convivência com os colegas do Departamento de Economia e com os operários, biscateiros e donas de casa da Região Metropolitana do Recife, este texto nunca seria nascido.

## CAPITULO 1

### O BOI NAO QUER MORRER

Caracterização geral de um estudo sociológico do poder popular

"O urubu está com raiva do boi.  
E eu já sei que ele tem razão.  
E que o urubu está querendo comer  
Mas o boi não quer morrer.  
Não tem alimentação."  
(ARNOUD RODRIGUES)

#### 1. Introdução

Entre os anos de 1978 e 1981 andamos em algumas favelas do Recife como pesquisadores da FUNDAJ. O nosso objetivo era avaliar o impacto social de um programa de alimentação em famílias de baixa renda destas áreas <sup>1/</sup>. No decorrer da pesquisa, no entanto, colhemos impressões sobre esta população que levaram ao atual estudo da dinâmica subjacente aos problemas que distinguem a situação dos pobres daquela vivida pelos abastecidos. Trata-se da questão da sua marginalização do poder -- sua falta de capacidade de realizar plenamente, ou até de forma medianamente satisfatória -- seus interesses diante da estrutura societária em que se inserem. O período enfocado é de 1978 até 1983.

Se julgarmos pelas circunstâncias concretas e se escutarmos a fala do povo nas favelas, parece que as pessoas de

<sup>1/</sup> O PINS é o Programa Integradado de Nutrição e Saúde, enquadrado no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Sua implantação no Recife em 1977 foi conduzida com bases experimentais em subsídios diferenciados em três grupos de famílias em áreas de baixa renda da cidade do Recife. No seu auge, mais de 6 mil famílias compraram 4 produtos (o arroz, o feijão, o leite em pó e o fubá) com abatimentos de 30%, 45% e 60% nos seus preços. Este trabalho partiu das reflexões partilhadas entre Helenilda Cavalcanti e esta autora.



baixa renda experimentam sua condição na sociedade como uma falta completa do poder para modificar sua situação. Assim, ouve-se expressões como "é assim que Deus quer e consente", "não tem jeito, não", "o homem quer assim, então o que vai se fazer?" Uma música popular afirma:

Vence na vida, quem diz sim (bis)  
Se te dão um soco, diz que sim  
Se te deixam louco, diz que sim  
Se te largam moribunda, montam na cacunda,  
Diga bem pra mim.  
Vence na vida quem diz sim".  
(Chico Buarque)

E isso mesmo a realidade do povo brasileiro 2/ ?

E impressionante a contradição gritante entre a aparente passividade verbalizada por esta gente e o fato físico da sua sobrevivência, uma vitória enorme diante dos obstáculos colocados pelas circunstâncias da sua vida cotidiana. Por exemplo, a lógica fria ensinaria que uma família de oito pessoas não teria condições de existir com uma renda de dois salários mínimos, já que um salário mínimo é calculado como a quantia mínima necessária para sustentar uma pessoa 3/. Mas nesta pesquisa, uma situação

---

2/ A palavra "povo" aqui será empregada como verbete referente a "população de baixa renda" estudada nas pesquisas de avaliação do PINS. Em termos mais gerais, se estenderá para incluir todos os membros da "classe trabalhadora". Nas entrevistas, o significado é diferenciado, às vezes simplesmente apontando um grupo qualquer.

3/ O salário mínimo é calculado na base das necessidades de um adulto trabalhador. A legislação do Decreto-Lei 399 afirma: "O salário mínimo estabelecido pela lei deve corresponder às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte do trabalhador adulto, excluída portanto, a ideia de salário profissional, e afastado a do salário familiar." Decreto Lei 399, 30.4.36.

destas quase se torna normal 4/.

Percebemos uma tenacidade, criatividade e vivacidade admirável nesta população permanentemente flagelada pela fome, pela doença e pela miséria. Como na letra de música, em que o boi não quer morrer, e o urubu se encontra frustrado, o povo nordestino, a grande massa de gente marginalizada dos centros de decisão e dos frutos do desenvolvimento, não quer morrer. Esta percepção de sua vivacidade e criatividade nas defesas cotidianas contra o bicho-fome esbarrou numa interrogação: por que esta população, comprovadamente versátil e sabida em referência ao problema de sobrevivência, não emprega estas qualidades na construção de um conjunto social mais igualitário? Por que ela permite a continuação das desigualdades existentes em relação a todos os bens que sua sociedade produz? Por que ela não exerce, plenamente, seu poder como parcela majoritária da população?

Procurando entender a situação evidente de marginalização do poder assim observada, sentimos a necessidade de refletir sobre certas perguntas que serão analisadas ao longo deste ensaio. O

---

4/ Numa sub-amostra de 30 famílias participantes da avaliação do PINS, encontrou-se uma defasagem marcante entre a renda e as necessidades alimentares das famílias. Um levantamento do custo da cesta alimentar do salário mínimo nos supermercados mais próximos às áreas pesquisadas mostrou o seguinte quadro:

Ano	Numero de pessoas que podem ser alimentados com o salario médio das famílias	Numero médio de pessoas por família
1978	3,0	7,8
1979	3,7	8,3
1980	2,8	8,2

É de notar que os preços reais para estas famílias podem ser até 50% mais caros, devido sua necessidade de comprar em barracas, em quantias pequenas, e frequentemente fiado.

favelado recifense é passivo diante de seus problemas básicos, se  
rondeu a síndrome de falta de poder? Quais os obstáculos e  
possibilidades que atuam no campo do exercício de poder popular?

## 2. O problema do poder popular -- enfoque deste estudo

### 2.1 Ideias principais do estudo

De acordo com a intuição original que motivou este estudo,  
tentaremos lançar um pouco de luz sobre a questão da falta  
relativa de poder evidenciada na classe trabalhadora. No decorrer  
desta reflexão sociológica, tentaremos mostrar duas hipóteses: a  
primeira seria que os favelados do Recife utilizam uma variedade  
de meios para satisfazer suas necessidades básicas, assim  
exercendo um certo grau de poder e a segunda seria que o baixo  
grau de poder popular evidenciado nas péssimas condições de vida e  
na mínima participação na vida política relaciona-se com uma luta  
das classes dominantes, principalmente da burguesia brasileira e  
internacional, contra a classe trabalhadora. Para garantir sua  
continuidade no poder (seja econômico, seja político), elas  
introduzem nas estruturas institucionais obstáculos que dificultam  
o exercício do poder popular.

#### 2.1.1- O exercício do poder popular

Em primeiro lugar, então, pretendemos mostrar que é um  
mito retratar a população de baixa renda como uma massa inerte

favelado recifense é passivo diante de seus problemas básicos, se  
rende à síndrome de falta de poder? Quais os obstáculos e  
possibilidades que atuam no campo do exercício de poder popular?

## 2. O problema do poder popular -- enfoque deste estudo

### 2.1 Ideias principais do estudo

De acordo com a intuição original que motivou este estudo,  
tentaremos lançar um pouco de luz sobre a questão da falta  
relativa de poder evidenciada na classe trabalhadora. No decorrer  
desta reflexão sociológica, tentaremos mostrar duas hipóteses: a  
primeira seria que os favelados do Recife utilizam uma variedade  
de meios para satisfazer suas necessidades básicas, assim  
exercendo um certo grau de poder e a segunda seria que o baixo  
grau de poder popular evidenciado nas péssimas condições de vida e  
na mínima participação na vida política relaciona-se com uma luta  
das classes dominantes, principalmente da burguesia brasileira e  
internacional, contra a classe trabalhadora. Para garantir sua  
continuidade no poder (seja econômico, seja político), elas  
introduzem nas estruturas institucionais obstáculos que dificultam  
o exercício do poder popular.

#### 2.1.1- O exercício do poder popular

Em primeiro lugar, então, pretendemos mostrar que é um  
mito retratar a população de baixa renda como uma massa inerte

cuja passividade é a causa principal da sua pobreza. Esta crença não corresponde aos fatos por nós presenciados. Se nos contatos individuais encontramos um discurso típico da "síndrome de powerlessness", 5/, uma análise da atuação deste povo mostra um quadro bem diferente: encontramos um povo que luta constantemente para melhorar sua vida, seja na luta contra a fome, seja na procura de uma habitação digna, seja na tentativa de melhorar sua renda. Isso verificamos ao nível micro, no exame de famílias beneficiadas pelo PIMS, e ao nível macro, em lutas de massa desenvolvidas na Região Metropolitana do Recife, e no país inteiro. Percebemos a necessidade de distinguir cuidadosamente, então, entre o discurso da população e a atuação da mesma.

#### 2.1.2 - Obstáculos ao poder popular

Cada vez que procuramos aprofundar as causas do relativo insucesso da classe trabalhadora em alcançar uma vida melhor, no fim da história encontramos obstáculos institucionais que impossibilitam a vitória dos trabalhadores. E estes obstáculos estão introduzidos dentro do sistema social basicamente a partir

---

5/ A expressão "síndrome de powerlessness" refere-se a um conjunto de reações observadas em indivíduos que se sentem incapazes de influir nos acontecimentos que determinam aspectos principais de sua vida. Tais reações incluem apatia, incapacidade de aproveitar oportunidades que se apresentam, uma falta de interesse nos acontecimentos internacionais, uma diminuição da capacidade de aprendizagem e um aumento de violência. Coleman, James S. POWER AND THE STRUCTURE OF SOCIETY, New York, W.W.Norton, 1974, p. 53.

da luta entre frações da burguesia nacional e internacional para garantir sua parcela de influência e riqueza. É notável a função do Estado neste processo. Num momento da história brasileira, o Estado cumpria funções mais ao nível de administração e de controle social, no sentido de garantir a manutenção da hegemonia das classes dominantes 5/. A partir da crescente industrialização do país, no entanto, ele começou a assumir um papel cada vez mais econômico, identificando seus interesses com os interesses da burguesia. Por isso, cada vez mais a classe trabalhadora se enfrenta, nas suas lutas, não diretamente com a burguesia, e sim com o Estado 2/. Aos poucos, percebe-se uma identificação da economia com a política, fazendo com que cada

---

5/ Fala-se das "classes dominantes" em reconhecimento da complexidade da formação social brasileira. Enquanto reconhecemos a burguesia, a classe dominante dentro de formas capitalistas de exploração, como a classe dominante hegemônica, ainda se encontra outras classes dentro dos círculos mais íntimos do poder. As análises a este respeito diferem entre si sobre a caracterização destas classes, uma questão que não pretendemos analisar. Sobre este assunto, veja as análises de Mueller, Charles C., "Formulação de políticas agrícolas", REVISTA DE ECONOMIA POLITICA, jan/março 1982, pp. 106-111, que utiliza o conceito de alianças de setores de interesses semelhantes diante de uma "entidade complexa e investida de certa autonomia" chamada o "regime". Outra abordagem se encontra em Poulantzas, Nicos, PODER POLITICO E CLASSES SOCIAIS, São Paulo, Martins Fontes, 1977, para quem o Estado é o lugar da condensação das lutas de classe (p.43). Florestan Fernandes apresenta um outro conceito, falando dos "andares do poder" no seu artigo "Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil," in Szmeccanyi, Tamas e Queda, Orlando, VIDA RURAL E MUDANÇA SOCIAL, São Paulo, Editora Nacional, 1976, pp.105-120.

2/ Sobre a mudança do papel do Estado diante do desenvolvimento do capitalismo, veja a análise de L.C. Bresser Pereira, "Despesas do Estado, repartição o valor", na REVISTA DE ECONOMIA POLITICA, julho/set. 1982.

luta para melhorias econômicas por parte dos trabalhadores se coloque como uma luta contra a estrutura do poder político 8/. Na nossa percepção, a burguesia é a classe que detém a iniciativa na sequência de lutas assim geradas. É sua resistência às tentativas do exercício democrático de poder por parte da massa pela criação de obstáculos institucionais, que resulta no fraco desenvolvimento do poder popular.

## 2.2 O conceito de poder popular

A questão do poder -- ou sua falta -- pode ser abordada de uma multiplicidade de pontos de vista, desde o místico/religioso, até o científico/positivista. Neste trabalho, examinaremos a realidade do poder popular do ponto de vista sociológico.

A questão de poder, ou sua ausência, tem sido objeto de análise por muitos estudiosos, mas até agora "o conceito de poder não tem atingido um consenso nas ciências, nem na ciência política, nem na sociológica" 9/. No campo geral do funcionalismo figuras importantes como Parsons, Weber, Pareto, Bendix e Laswell não conseguiram alcançar uma uniformidade básica de tratamento

---

8/ No processo de transformação do papel do Estado, "o que vemos fundamentalmente é esfumaçar-se... a distinção entre o plano econômico, ordenado pela lei do valor, e o plano político, regido pelo princípio do poder", Perleira, op.cit., p.6.

9/ Parsons, citado em CLASS AND CLASS CONFLICT IN INDUSTRIAL SOCIETY, Ralf Dahrendorf, Stanford California, Stanford University Press, 1959, p. 166.

10/. Os autores Marx, Engels, Lenine e Gramsci, por sua vez, também "não produziram teoricamente um conceito de poder", segundo Nicol Poulantzas 11/. Evidentemente, a ambiguidade do assunto enquadra-se no contexto de uma crise maior nas ciências sociais, em que o próprio paradigma que serve como modelo de pensamento social está em contestação 12/. Já que a ciência social se encontra nesta crise, e ainda mais diante da hipótese que há uma certa interdependência entre a seleção de um modelo científico e interesses ligados aos grupos economicamente influentes, 13/, a escolha do ponto de partida para um estudo de poder não deve se ausenciar de uma escolha também de um certo ponto de vista sobre a ciência.

Os estudiosos da ciência social tendem a se enquadrar dentro de dois campos de influência, aquele dos chamados "funcionalistas" e o dos "marxistas". No primeiro, a teoria abençoa a continuidade do sistema social, dentro do contexto

---

10/ Dahrendorf, op.cit., p. 106.

11/ Poulantzas, op.cit., p. 95.

12/ Para Kuhn, uma ciência passa por uma transição de um paradigma para outro quando se manifestam: "a proliferação de articulações concorrentes, a disposição a tentar tudo, a expressão de descontentamento explícito, e o apelo à filosofia e ao debate de questões fundamentais." T.S.Kuhn, THE STRUCTURE OF SCIENTIFIC REVOLUTIONS, University of Chicago, 1962, p. 90.

13/ Segundo Ph. Roqueplo, "asas possibilidades que a ciência possui de descobrir as contradições, de rejeitar o excepcional, de marginalizar uma parte da sociedade, servem de forma admirável aos interesses da classe no poder (seja ela qual for), p. 155. "Dito teoremas sobre o significado da ciência", pp. 140 e 157, em A CRÍTICA DA CIÊNCIA, Ed. Jorge Dias do Deus, Rio, Zahar, 1974.



capitalista em que nasceu. Os marxistas, por sua vez, engendram sua teoria na praxis de uma militância dedicada ao desenvolvimento de um novo contexto social, caracterizado pelo socialismo. Ambos os modelos básicos acarretam consequências teóricas muito além de definições isoladas de um assunto determinado.

Reconhecemos que as categorias funcionalistas não satisfazem as observações colhidas durante os anos desta pesquisa e da convivência com a realidade brasileira. Por isso, lançamos mão de alguns conceitos elaborados em um contexto marxista, reservando-nos o direito, no entanto, de formular suas interpretações de forma eclética. Isso se justifica pela percepção de que a sociologia é uma ciência em crise. Aceitamos o incômodo de funcionar sem um quadro teórico acabado, acreditando que a grande tarefa de construção de uma síntese sociológica precisa da colaboração de todos, com suas percepções do fato social, para que haja o maior grau de compreensão do fenômeno que também é mistério -- o ser humano.

Neste estudo, portanto, adotamos a definição do pensador marxiano <sup>14/</sup> Nicos Poulantzas, para quem o poder é a "capacidade de uma classe de realizar seus interesses objetivos específicos" <sup>15/</sup>. Nesta definição, o ponto de partida é a classe, um conceito derivado pelo exame dos "efeitos ... de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes".

<sup>14/</sup> A adjetiva "marxiana" existe em francês e inglês. Ela aponta conceitos e pensadores que empregam conceitos desenvolvidos na literatura de Marx, sem se inserirem num contexto de subordinação e orientação filosófica subjacente a obra dele.

<sup>15/</sup> Poulantzas, op.cit., p.100.

Na nossa concepção de classe, o assalariado, sujeito à exploração de sua força de trabalho pelo capitalismo, e o diarista que oferece serviços a uma sequência de patrões sem atuar no contexto empresarial, partilham uma posição comum na estrutura econômica brasileira, marcada pela subordinação às necessidades do sistema capitalista vigente. Assim, consideramos que os trabalhadores plenamente integrados no sistema capitalista e os trabalhadores "marginais" são membros de uma única classe social -- a classe trabalhadora. A constatação empírica de traços específicos característicos dos trabalhadores no setor formal ou informal não sugere, para um observador, a existência de várias classes no meio do povo, e sim uma diferenciação dentro de uma mesma classe. Partilhamos da percepção de Lucio Kowarik: "O que está em jogo... é uma diferenciação no seio da classe trabalhadora decorrente do processo de acumulação capitalista que gera certas modalidades de trabalho passíveis de serem conceitualizadas como marginais" 16/.

Poulantzas destaca os "interesses objetivos específicos" de classe como interesses que se opõem aos de outras classes atuantes na sociedade. Implica, então, num modelo de conflito, onde não há uma partilha de interesses, como se pressupõe no modelo funcionalista, e sim uma situação de interesses antagônicos. Isso, por sua vez, é ligada à existência de uma estrutura econômica onde se encontra a dominação daqueles que

16/ Kowarik, Lucio. CAPITALISMO E MARGINALIDADE NA AMÉRICA LATINA, Rio, Ed. Paz e Terra, 1975, p. 95.

possuem a riqueza sobre aqueles que produzem esta riqueza, os explorados 12/.

Em contraste, poderíamos ter escolhido uma definição do poder semelhante à seguinte oferecida por Max Weber. Para ele, o poder é "a probabilidade que um ator numa relação social terá condições para exigir o cumprimento de sua vontade apesar de resistência, sem examinar o fundamento em que esta probabilidade se sustenta" 13/. As duas definições aproximam-se na medida em que ambas reconhecem que 1) o locus do poder é um agente -- seja uma classe, seja um ator; 2) o poder se mede por efeitos concretos -- seja na realização dos seus interesses, seja na imposição da sua vontade; 3) o conceito inclui um elemento de conflito.

As duas definições distinguem-se, no entanto, nas percepções de: 1) quem é o ator social, e 2) qual é a origem da tensão que leva ao elemento de conflito. Para Weber, o poder pode ser exercido por um indivíduo, ou por um grupo, sem que se leve em conta seu lugar no processo de produção. Poulantzas limita sua caracterização aos agentes definidos por seu relacionamento econômico. Enquanto Weber recusa determinar o fundamento do poder, Poulantzas identifica o campo econômico como ponto de partida, com base na dominação e exploração aí visíveis. É interessante, neste ponto, observar que a dimensão de dominação também entra na análise de Weber, mas apenas na relação de

---

12/ Poulantzas, op.cit., p. 101.

13/ Dahrendorf, op.cit., p. 166.

"autoridade" <sup>13/</sup>, assim tirando qualquer conotação econômica do conceito weberiano de dominação.

A escolha da definição de Poulantzas como ponto de partida para as observações a serem colocadas neste estudo baseia-se na maior proximidade de nossas preocupações com os temas implícitos na sua orientação do que naquela colocada por Weber. O próprio tema deste estudo - o exercício de poder entre gente de baixa renda -- inclui um corte econômico, não na linha de classes como está apresentado por Poulantzas, é verdade, mas rumando nesta direção. Na medida em que a população de baixa renda em seu conjunto coloca seus braços a serviço dos donos de capital de uma forma ou outra, sendo sujeitos a exploração por eles em mil maneiras distintas. A observação das tentativas quase sobre humanas dos favelados que procuram defender seus interesses específicos dispõe-nos a organizar nossas percepções nas linhas de um contexto conflituoso enraizado nos lugares ocupados pelos atores na estrutura econômica, em vez de apelar a uma sequência indefinida de fatores na sua análise de poder e sua ausência.

Aceitamos, então, a definição de Poulantzas, para quem o poder "é a capacidade de uma classe de realizar seus interesses objetivos específicos". Notamos que podem ser discriminados dois níveis de interesse na classe trabalhadora. Interesse é claro, pela sua própria sobrevivência física, e interesse de modo geral

---

<sup>13/</sup> Para Weber, embora o poder seja apenas uma relação de fato, autoridade é a relação legítima de dominação e sujeição. Dahrendorf, op.cit., p. 166. (Nota-se que desta maneira dominação é legitimada).

pela otimização do seu padrão de vida, diante dos recursos disponíveis na sociedade. Empregaremos a expressão "exercício do poder", então, para indicar o comportamento suficientemente difundido que pode ser considerado típico da classe, cada vez que esta se dirija de forma eficaz a realização de seus interesses. Examinaremos as atividades que capacitam a classe trabalhadora a melhorar sua vida, de um lado, e por outro lado, faremos um elenco das atividades que permitem a conquista de uma posição mais forte entre as classes, na luta que caracteriza o sistema capitalista. Percebe-se, com isso, que o conceito de "poder popular" admite vários graus na sua realização histórica - um relativamente baixo grau de poder é exercido na invasão de um terreno, por exemplo, enquanto a formação de um conselho de moradores combativo pode tipificar um grau bem mais elevado de poder popular.

Conseqüentemente, embora seja comum falar de "falta de poder", "marginalização do poder", ou "exclusão" da classe trabalhadora do poder, não nos parece que esta linguagem retrata fielmente a realidade empírica por nós observada. Tal realidade não se caracteriza na dicotomia "sim/não" dos que têm poder em contraste com aqueles que não têm o poder. Ao contrário, há uma escala no exercício de poder, com gradações distintas e certas dinâmicas no exercício de poder na parte de cada classe da sociedade. Nunca se pode falar com exatidão, portanto, da "falta de poder" da classe trabalhadora. Ela age, ameaça, negocia, e faz conquistas a toda hora: dentro da fábrica, na rua, na moradia. Mesmo assim, este uso costumeiro contém uma aproximação

linguística útil, diante da distância observada entre o grau de poder e disposição da classe trabalhadora e aquele nas mãos do seu par antagônico, a burguesia, na formação social brasileira.

### 2.3 - O plano de trabalho

Neste estudo, examinaremos a questão do exercício e limites do poder popular, em relação a três aspectos gerais da vida do pobre do Recife: alimentação, moradia e renda. Estas três facetas da vida do trabalhador são elementos essenciais para a reprodução da vida material dos trabalhadores. Sempre que se analisa a insuficiência dos critérios utilizados para o cálculo do salário mínimo, menciona-se a sua insuficiência para adquirir alimentação e habitação adequada <sup>20/</sup>. Já que casa e comida são as necessidades físicas mais básicas, é de se esperar que a classe trabalhadora se empenharia com mais energia para garantir seus interesses nestes setores do que em outros menos urgentes. Assim, a capacidade da classe de alcançar moradia, alimentação, e evidentemente, renda decentes, serviria como um bom indicador do grau de poder e sua disposição.

No próximo capítulo, enfocaremos a questão da alimentação, mostrando algumas das estratégias empregadas pelas famílias com quem entramos em contato. Examinaremos as lutas individuais e

---

<sup>20/</sup> Marin, Maria Cristina de Melo, "Alternativas de Trabalho e Estratégias de Consumo de Operários numa grande Cidade Regional," in Lopes, José Sérgio Leite et. al., MUDANÇA SOCIAL NO NORDESTE -- A REPRODUÇÃO DA SUBORDINAÇÃO, Rio, ed. Paz e Terra, 1979, p. 156.

coletivas para enfrentar a defasagem entre o salario ou renda alcançada pela família e o custo de vida. Veremos, também, entraves institucionais que estabelecem o marco exato do limite de poder da classe.

No terceiro capítulo, seguiremos o mesmo esquema de abordagem, sendo que a questão de moradia será tratada do ponto de vista da conquista de um espaço para morar e de condições de habitação. A luta pelo salario justo será tratada no quarto capítulo, novamente a partir do exame das lutas e dos obstáculos enfrentados pela classe trabalhadora.

No último capítulo deste exame da problemática do poder popular, resumiremos nossas reflexões sobre a atuação da classe, e os limites por ela enfrentados, finalizando nosso ensaio com algumas percepções sobre as possibilidades de aprimoramento do poder popular, a partir de tendências observadas na população.

### 3. - Notas metodológicas

#### 3.1 - Descrição da metodologia geral

Não é de se espantar que este estudo não empregou um método único de colher dados, diante da complexidade do assunto e ainda mais diante da natureza progressiva em que este ensaio se desenvolveu. No primeiro momento de contacto com a população de baixa renda, tratava-se de uma mera avaliação do impacto da distribuição de alimentos a preços subsidiados entre algumas famílias de baixa renda. Com a continuidade da experiência, havia

contatos mais demorados com algumas famílias para iluminar mais os processos a que estão sujeitas. Neste meio termo, fez-se uma comparação das famílias inscritas no PINS com 30 famílias beneficiadas com casas num projeto habitacional para famílias de baixa renda <sup>21/</sup>, para ter uma noção do impacto relativo das duas formas de ajuda. A experiência mostrou que havia um grau mais elevado de exercício de poder na medida em que as pessoas de baixa renda se aglutinaram em grupos maiores. Sentiu-se, então, a necessidade de ouvir a voz organizada do povo. Isso levou a participação em várias assembleias populares realizadas na Região Metropolitana do Recife, e entrevistas com membros de grupos populares af residentes. Com esta bagagem de informações, incluindo entrevistas gravadas, voltamos a uma "re-leitura" das percepções assim colhidas, diante da questão dos limites e possibilidades do poder popular.

### 3.2 A população pesquisada

As fontes primárias empregadas para caracterizar o problema dos condicionantes do exercício do poder popular foram as seguintes:

- 1) Pesquisas realizadas na avaliação do PINS entre 1978 e 1980:

Da pesquisa do PINS, utilizou-se dados publicados nos três

---

<sup>21/</sup> Trata-se do Projeto Mutirão do Janga, situado no município do Paulista, e inicialmente destinado a oferecer habitação a preços abaixo do custo para famílias de baixa renda na Região Metropolitana do Recife (RMR).



relatórios de Clóvia Cavalcanti et.alii: AVALIAÇÃO SOCIO-ECONOMICA DO PROJETO INTEGRADO DE NUTRIÇÃO E SAÚDE E DO PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE EM PERNAMBUCO, I Relatório Parcial (1978); AVALIAÇÃO SOCIO ECONOMICA DO PINS E DO PNS EM PERNAMBUCO, II Relatório Parcial (1980), e POBREZA, CARESTIA, SUBALIMENTAÇÃO (1981), todos publicados pela FUNDAJ em Recife. Também utilizou-se entrevistas com beneficiários do PINS contactados na pesquisa de campo e seus familiares e vizinhos. A seleção das famílias obedeceu um plano de amostragem descrito na introdução aos trabalhos acima citados.

2. Assembleias populares realizadas em 1980 e 1981 na Região Metropolitana do Recife:

A assembleia de Igarassu foi convocada pelos moradores de seis áreas rurais. Realizou-se em Igarassu, uma cidade da Região Metropolitana do Recife, em setembro de 1980. Estima-se a participação de 3.000 pessoas, na maioria trabalhadores rurais e suas famílias.

A assembleia da cidade do Recife foi convocada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, por ocasião da visita do agraciado pelo Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, fevereiro, 1981).

A assembleia em Paulista, em fevereiro de 1981 foi convocada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Os trabalhadores da área, representantes do Sindicato Rural, e representantes da Comissão de Justiça e Paz (cerca de 500 pessoas) constituiram os participantes principais da assembleia.

A assembleia do setor sul, 30.11.80, foi convocada pelos

conselhos de moradores de 12 áreas de baixa renda do setor sul do Recife. Estimativa de participação: 3.000 pessoas.

3. Entrevistas com moradores nas áreas pesquisadas no PINS, de preferência com pessoas participantes de algum grupo, como o conselho de moradores ou o sindicato.

Procurou-se conversar com pessoas nos bairros alcançados pelo PINS (Casa Amarela, Beberibe e Santo Amaro) para oferecer maiores subsídios sobre alguns aspectos da problemática não verbalizados pelos entrevistados durante a pesquisa do PINS. Mantivemos contatos com membros de conselhos de moradores em Casa Amarela e Santo Amaro. Também entrevistamos participantes de conselhos no setor sul de Recife para clarear assuntos abordados na assembleia do setor sul. Sócios dos sindicatos dos trabalhadores rurais, ambulantes, tecelões, vigilantes, metalúrgicos também foram consultados. Incluiu-se aqui uma entrevista gravada, realizada com um membro de um grupo popular em Olinda em 1974.

### 3.3 - Grau de representatividade da população pesquisada

Poder-se-ia dizer que as entrevistas aqui utilizadas representam três graus diferentes de representatividade da classe trabalhadora recifense. Em primeiro lugar, as entrevistas com os beneficiados do PINS, realizadas com indivíduos de famílias selecionadas dentro de uma amostra numa população relativamente homogênea (favelados de Santo Amaro, Casa Amarela, e Beberibe)

representariam o maior grau de representatividade da situação econômica e da mentalidade da população de baixa renda recifense. O conjunto de atitudes manifesto nas entrevistas colhidas com este grupo, no entanto, refletiriam o mais instável nível atitudinal, sujeito aos fluxos bem conhecidos pelos pesquisadores de opinião pública.

Quanto a utilização de depoimentos colhidos com membros de grupos populares, pressupõe-se que as observações refletem a opinião de uma parcela menor da classe, sendo menos típicas do que as entrevistas do PINS. Neste grupo, encontra-se, em geral, uma consciência sociológica muito mais aguda do que no grupo do PINS, no seu conjunto. Na maioria dos casos, trata-se de uma consciência oposicionista ao regime atual, e menos frequentemente se constata uma clara consciência classista. Não se pode desprezar a importância da visão apresentada por estes indivíduos, no entanto, já que o fenômeno de "oposição" é fortemente identificado com áreas urbanas e com a parcela da classe trabalhadora que tem maior contato com o emprego fabril. Nas eleições de 1982, por exemplo, o PMDB, principal partido de oposição no Recife, ganhou 22 vereadores do total de 33 eleitos.

Nas assembleias populares, evidentemente, emprega-se uma forma não aleatória de escolha de seus oradores, uma vez que por necessidade da própria função, o orador teria que mostrar qualidades excepcionais nas áreas de expressão e de raciocínio. De um lado, então, estes depoimentos não podem ser considerados típicos. Parece mais correto situá-los como a linha de frente das expressões populares. O mesmo seria o caso de algumas das entrevistas com certos membros de grupos populares. Justifica-se o

uso de colocações "atípicas" como estas das assembleias e das entrevistas com membros de grupos, no entanto, seguindo o raciocínio levantado por Michael Harrington: "de fato, de alguma maneira e sempre as minorias atípicas que têm a vivacidade e energia para serem as primeiras a articular aquilo que é típico dos seus tempos" 22/.

#### 4. Algumas considerações valorativas.

Hoje em dia, há muita preocupação em forjar instrumentos que facilitem a criação de uma ciência popular, uma ciência a serviço daqueles atualmente marginalizados dos centros de decisão e de poder. É nossa intenção elaborar este estudo de tal forma que os conhecimentos aqui apresentados possam ser apropriados por alguns membros da classe trabalhadora. Diante deste desejo de colaborar na construção de instrumentos científicos ao alcance da classe dominada, há um esforço consciente no sentido de evitar uma complexidade desnecessária no nosso discurso. Evitamos o "sociologês" na medida do possível, para que as reflexões possam ser avaliadas por pessoas com uma formação geral.

É um pressuposto valorativo nosso que uma sociedade que maximize a expressão da igualdade de todos seus participantes seja qualitativamente melhor do que uma em que o poder se concentra nas mãos de poucos, ao custo dos outros.

Não se propõe, neste ensaio, alcançar um estudo exaustivo

---

22/ Harrington, Michael. "Introduction," in Jack Newfield's THE PROPHETIC MINORITY, New York, American Library, 1970, p.10.

do poder popular. Apenas oferecemos subsídios para uma compreensão mais clara dos limites e possibilidades do poder popular, talvez contribuindo para a construção de uma sociedade igualitária, onde cordeiro e leão comem do mesmo pasto, e o urubu não precisa arrancar a carne do boi.

CAPÍTULO II  
SE CORRER O BICHO PEGA  
Alimentação e poder popular

Existe um ditado no meio popular que expressa bem o reconhecimento da falta de poder na camada pobre da população "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Traduzindo a primeira parte desta expressão à luz de nosso tema, podemos arriscar a seguinte interpretação: mesmo se esforçando ao máximo, o povo é atingido pela miséria. Todas as estratégias empregadas pela classe trabalhadora são inúteis para assegurar que o bicho da fome seja afastado definitivamente da sua vida. "Se ficar, o bicho come", por sua vez, pode expressar de forma gráfica a experiência do povo brasileiro que se encontra tangido de suas moradias, seja no campo, seja na cidade, por um capitalismo faminto de lucros. Quer no esforço de captar recursos para assegurar a alimentação diária, quer na tentativa de estabelecer a permanência de seu lar em algum cantinho deste mundo, o pobre se encontra tocado, devorado pelo "bicho", o papa-lucro do desenvolvimentismo.

Neste capítulo, examinaremos a questão da alimentação, uma necessidade de primeira ordem na sobrevivência. O povo passa fome? E suas tentativas de se livrar deste monstro, por que não tem êxito?

O povo passa fome? Não há dúvida que a população recifense se encontra flagelada pela fome. E só olhar nos rostos das crianças vendendo pipocas nas ruas centrais da cidade. Reconhece-se um passeio ao cair da noite, quando a

tranquilidade noturna cessa sobre as ruas barulhentas e as legiões de catadores do lixo começam seu trabalho sistemático de transformar algumas das migalhas da riqueza jogada fora da mesa dos donos da cidade em material de sobrevivência de suas famílias famintas.

O povo passa fome mesmo? É difícil ouvir alguém do povo afirmar, "Eu estou passando fome", mesmo quando a gente sabe que esse é o caso. É mais comum ouvir alguém referir-se a outras pessoas: "Eles estão passando fome", como aconteceu muitas vezes nas nossas visitas às famílias beneficiadas pelo PINS, quando um entrevistado queria recomendar a inclusão de uma família vizinha no programa.

A fome crônica de fato torna-se o estado "natural" do organismo, de tal modo que não se percebe os sinais de alarme no sistema fisiológico. Na forma mais extrema, a própria degeneração das funções cerebrais impede o registro dos sintomas.

Eis os sintomas: A vítima de desnutrição aguda queima os tecidos, as músculos, as reservas oleosas do seu próprio corpo como combustível. Seu corpo se consome, e deteriora rapidamente. Os rins, o fígado, o sistema endócrino, frequentemente cessam seu funcionamento normal. A escassez dos carboidratos, que desempenham um papel vital na química cerebral, ataca as funções mentais. A vítima experimenta lassidão e confusão, de tal maneira que ela parece desconhecer seu perigo. As defesas do corpo caem: doenças matam a maioria das vítimas de desnutrição antes delas terem tempo para morrer de fome <sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> TIME MAGAZINE, "Death by Starvation", 11.11.74.

De qualquer forma, a fome é uma diminuição da pessoa humana. Seja sofrida de forma inconsciente, como no estado crônico, seja uma experiência intensamente vivida, ela pede alguma reação do sofredor. Pode se enfrentar a fome com reações que parecem uma fuga:

"Da vontade de tomar veneno (mas como, se a gente não tem dinheiro pra comprar?) Vontade de botar gás na cabeça e tocar fogo" 2/.

Ou a agressão é uma reação alternativa que possa ser provocada pela fome:

"(A fome dá) vontade de invadir as casas dos ricos e carregar o que eles tem de sobra".

#### 1. A luta anti-fome: Poder popular versus custo de vida

A população marginalizada recifense enfrenta o problema da fome na sua pele, no seu papel de consumidor. Neste papel, ela esbarra no fenômeno chamado "custo de vida", que a estrangula pelo aumento constante nos preços dos gêneros alimentícios de maior procura.

A população de baixa renda fica passiva diante do problema da fome? Como é que se enfrenta este problema? A experiência da

---

2/ O LEME, BOLETIM DA PASTORAL DOS PESCADORES, RECIFE, 10.1980, pp.6-7.



pesquisadora e que as reações são bastante diversificadas na população de baixa renda, desde a passividade quase que completa -- a mãe solteira que nem se preocupa em preparar alimentos para a criança embora tenha comida em casa (uma reação doentia não apoiada pelos vizinhos, que verbalizam um sentimento de responsabilidade pela criança) -- até a militância no movimento contra a carestia que conseguiu uma mobilização das donas de casas bastante significativa nos quadros institucionais da época de sua maior expressividade.

Retrataremos algumas das táticas de defesa utilizadas pelas famílias encontradas na avaliação do PINS, e nas manifestações da população pobre recifense. Diante do problema do custo de vida, se veem três formas principais de defesa, duas que apelam a táticas individualistas e a terceira forma que procura exercer poder de uma forma coletiva. A primeira tática pode ser caracterizada como "extra-sistema". É o aproveitamento de fontes extra-mercado para suprir as necessidades nutricionais. Na segunda estratégia, empenhada dentro da lógica do sistema, o povo procura sobreviver apertando o cinto de várias maneiras. Finalmente, ao nível político, os resultados insatisfatórios das outras duas táticas levam uma parte do povo a procurar meios coletivos de exercer seu poder.

1.1. Fora do sistema - O mangue, o mar: O mercado do pobre.

É típico nas famílias de baixa renda o aproveitamento de meios "informais" -- quer dizer, fora do setor do mercado como tal -- de suplementação de suas dietas. Num levantamento de 30 famílias beneficiadas com casas no Projeto Mutirão, vê-se que

tanto na favela de origem, a Ilha do Maruim em Olinda, como no projeto habitacional, as famílias usam recursos advindos do meio-ambiente para suplementar os poucos recursos adquiridos através de compra. A esse respeito, tanto na favela como no núcleo habitacional, é notável o uso de fontes de alimentos situadas fora dos mecanismos de compra usuais.

Na favela, 20% tiraram alimentos no mangue, e 23% utilizaram produtos do seu próprio quintal para comer. No projeto habitacional, um total de 50% das famílias aproveitaram do seu quintal para tirar cana, banana, mamão, enquanto 27% delas complementararam seu cardápio com manga, caju, jaca, e caju - árvores fruteiras que se encontram espalhadas na circunvizinhança <sup>3/</sup>.

O aproveitamento do mangue, dos rios, da mare, do próprio mar, como fontes alternativas de alimentação está se restringindo cada vez mais, diante da crescente industrialização da região. A poluição de uma das usinas que funciona na região metropolitana, por exemplo, era tão forte na época da pesquisa que provocou sérios problemas de pele nas pescadeiras da região:

"As pescadeiras e os pobres dos pescadores  
vai pra mare e nada consegue. Nada nós  
trazemos pra casa. O que é que nós vamos fazer?  
Se a água quando nós pisa até larga a pele na hora, pra onde  
nós vamos apelar? Nós volta chorando sem nada trazer" <sup>4/</sup>.

<sup>3/</sup> Clark, Constance, "Os benefícios do PINS, outra forma de apoio a população de baixa renda e o custo de vida," em Cavalcanti, Clóvia, et. alii., AVALIAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DO PINS E DO PNS EM PERNAMBUCO, II Relatório Parcial. Recife, IJNPS/INAN, fev. 1990, p. 129.

<sup>4/</sup> O LEME, p. 7.

Outro meio de defesa extra-sistema do seu direito de se alimentar é uma nova forma de caça, uma caça própria ao cenário urbano. O lixo das casas e do comércio é cobiçado pelos homens, mulheres e crianças que vivem do salário mínimo. Como um pedinte me falou: "Ai de mim, se não fosse o lixo do Bairro Novo (um bairro de Olinda)".

Até os alimentos estragados estão sendo colhidos para o consumo da família. As crianças nas feiras, os jovens e velhos nas latas de lixo, estão enfrentando perigos enormes à saúde, para passar mais um dia sem fome. Quem pode pensar nos perigos de amanhã, quando não está nem conseguindo os meios básicos de sobrevivência para hoje?

Nos nossos contatos, encontramos um rapaz que trabalhava na limpeza pública. Ele contou uma experiência horrível de um caminhão carregado com carnes deterioradas de um dos supermercados da cidade. Os motoristas descarregaram todo o conteúdo do caminhão e levaram os sacos de carne estragada para o mata, enquanto os garis da prefeitura que trabalhavam na vizinhança se aproximaram. Ele descreveu a luta das pessoas por pedaços de carne já apodrecida. O rujo torceu seu rosto, enquanto ele revivia a experiência:

"O cheiro deu vontade de vomitar."

Moano assim os motoristas e alguns garis brigaram entre si para dividir aquele alimento, embora já houvessem moscas em cima da carne. O rapaz, um gari da prefeitura, filosofou sobre o horror daquela cena:

"Então, é isso que a gente vê lá, essas coisas assim, para comer coisas de lixo. É a necessidade mesmo que obriga a pessoa, se não obrigasse, não ... (economia do lixo)".

Aqui, ele fez um gesto de repugnância no seu rosto, que mostrou a sua repulsa por uma situação que levaria alguém a comer carne podre, carne estragada. (Gravação, morador de Casa Amarela) 5/.

Fora das áreas especificamente urbanas, a Região Metropolitana do Recife inclui uma área considerável de caracterização rural: 152.778 hectares cadastrados nesta categoria pelo INCRA em 1972. As grandes propriedades ocupam 90% deste total. Manoel Correia de Andrade atribui essa distribuição das terras à permanência do velho sistema de "plantation", como também à especulação imobiliária, à espera da valorização das terras provocada tanto pela inflação como sobretudo, pela implantação por parte do poder público, de obras de infra-estrutura" 6/.

Mesmo com a concentração da posse, encontram-se centenas de famílias construindo sua vida de forma humilde, matando sua fome e oferecendo produtos alimentícios nas feiras locais pelo uso da terra. Assim, um morador de uma das áreas ameaçadas de expulsão afirma:

---

5/ Na transcrição das gravações, preocupamo-nos com dois valores: fidelidade e clareza. Frequentemente, na tentativa de ser claro, a fidelidade na reprodução exata da fala foi parcialmente sacrificada. Ao mesmo tempo, o encadeamento de idéias das pessoas da classe trabalhadora nem sempre obedece a lógica aristotélica prestigiada nas normas gramaticais das classes privilegiadas. Frequentemente optamos em manter a forma original, com suas falhas e abreviações do processo lógico.

6/ Andrade, Manoel Correia de. RECIFE: PROBLEMATICA DE UMA METROPOLIS DE REGIAO SUBDESENVOLVIDA. Recife, UFPE, ED. Universitária, 1979, p.67.

--Não é à toa que vocês veem esses cachos de banana, essas jacas, os coqueiros, os mamoeiros e tantas outras fruteiras. São os trabalhadores que tiram o sustento de suas famílias dessa terra e ainda vendem pra abastecer as cidades vizinhas dessa região. (Gravação, assembleia do Paulista)

Estas famílias encontram-se até certo ponto fora do sistema capitalista. Por incrível que possa parecer, há famílias morando na Região Metropolitana do Recife das quais nenhum membro da unidade familiar se emprega fora do sítio.

O depoimento de um dos oradores da assembleia de Paulista mostra concretamente algo que os economistas não cansam de ensinar -- a predominância do pequeno produtor no abastecimento do mercado com os alimentos mais consumidos pela população:

--"Para vocês terem uma idéia, o pessoal aqui me diz que só numa área, só no sítio de um dos que tem aqui apenas 7 hectares, existem 25 mil pés de inhame, existe 540 pés de coqueiro, existe 25 abacateiros e uma lista enorme de outros produtos". (Gravação, assembleia do Paulista)

A ironia desta situação, ou a chave de revelação do jogo de poder sendo articulado, é justamente o fato de que uma solução para a situação desses moradores já tinha sido encaminhada e depois foi engavetada:

--"A legalização para os posseiros, para os que estão vivendo na terra, não chegou a se efetivar, por conta exatamente do governo, que não interessou-se em proceder a documentação, em fazer com que hoje o título de propriedade você tivesse na mão e não tivesse vivendo nessa tensão de ser expulso ou não". (Gravação, entrevista durante a assembleia do Paulista)

Na área rural, a forma básica de luta tem sido o apelo ao governo para cumprir as leis, e o pedido de desapropriação da terra por interesse social. O canal pelo qual estas

reivindicações passam é o sindicato rural.

O pedido de proteção policial exigindo o cumprimento das leis nem sempre é aceitado pelas autoridades. No caso de Igarassu, um sítio no município de Paulista (na RMR), embora houvesse um processo de desapropriação em tramitação no INCRA, havia ameaça de violência contra as vítimas, por parte da própria polícia. O seguinte depoimento, dado por um dos moradores na área, retrata a situação. Diante da ameaça de derrubada de suas casas pelo suposto "dono", os trabalhadores tinham ido pedir proteção policial em Igarassu. A recepção foi indigna de uma autoridade pública, que tem como obrigação proteger o cidadão:

--"Como nós paga a letra, 7%, naquele período, naquele tempo, naquela aflição nossa, fomos para Igarassu. E não fomos bem recebidos lá em Igarassu. O que nós ouvimos em Igarassu foi o seguinte: ou você controla seu nervo, esfria a cabeça, ou pode ficar preso agora. E diga a seus vizinhos que vai dar muita cadeia e muito cacele pra todos".

O lavrador que deu este depoimento sentiu este tratamento como uma profunda injustiça contra os moradores, cidadãos produtivos, sóbrios, pacíficos:

--"Isso foi uma coisa que nós não merecemos, uma coisa injusta que não tem fundamento" (Gravação, assembleia de Paulista).

#### 1.2 Dentro da lógica do sistema -- apertar o cinto

Dentro da lógica do sistema, há várias tentativas generalizadas de enfrentar o problema diário de alimentação.

-----  
// "paga a letra" referiu-se ao fato que os moradores da área pagam o imposto territorial.

Pode-se chamá-las de exercícios de poder popular? Num sentido bastante amplo, sim, desde que se considere que estas tentativas generalizadas se tornam um padrão de atuação da classe trabalhadora, criando novos subsistemas para apoiar as saídas encontradas. Destacamos aqui três formas de luta: 1) o manejo dos alimentos, procurando suprir as necessidades alimentícias a partir da compra de alimentos mais baratos com o mesmo valor aproximado do ponto de vista nutritivo; 2) controle do orçamento geral, eliminando gastos menos prioritários, e finalmente 3) o empobrecimento através da venda dos itens do patrimônio familiar e o endividamento progressivo.

Uma maneira frequente em que a população de baixa renda exerce o mínguaço grau do poder a sua disposição é na escolha de alimentos. Quando a renda atinge um certo patamar de miséria, a dona de casa sacrifica o uso constante da carne de boi na sua cozinha. Baixando ainda mais o nível de renda, sacrifica-se outros alimentos, trocando-os, sempre que for possível, por outros do mesmo tipo geral. Nesta troca, ela tenta manter o máximo valor nutritivo, embora o paladar se sacrifique.

Uma das pessoas beneficiadas pelo PIRS explica sua estratégia de compensação diante da impossibilidade de comprar o tanto de carne de que precisava:

--"Comer de charque, que é mais barato, não dá para comer. Imagina carne de galinha, carne verde. Não vou mentir, não. Quando estou em possibilidade de um dinheirinho na acrescentada (Obs: entende-se aqui, "Quando eu ganho um pouco mais") compro uns 15 ou 10 gramas de salsicha na venda, e 10 de charque. (Obs: pelo gesto que acompanhou a fala, indicou-se uma quantidade de carne do comprimento de dois centímetros. Entende-se que a medida citada, 15 ou 10 gramas, pode ser apenas uma maneira de indicar um pedaço minúsculo). E um tanto que eu digo que não comemos carne. E só o

molho, o cheirinho. E mal, não? Tem dia que não tenho, e como puro. E feijão com pimenta" (Gravação, beneficiada do PINS).

A troca de alimentos agradáveis ao paladar por outros menos atraentes continua a se processar para níveis cada vez mais baixos até chegar ao ponto do absurdo, do trágico. Chega o momento quando não se trata de troca, e sim da eliminação parcial ou por completo de certos valores nutritivos. Chegamos ao ponto onde a família subsiste chupando cana e bebendo C-vuco.

Em resposta a pergunta, "No dia mais ruim da semana passada, o que foi que comeu?", uma moradora do Projeto Mutirão respondeu: "Só como quando a vizinha dá. Tem dias que não como nada". Uma outra disse que na semana anterior, houve 3 dias em que ela não comeu nada. Outras mencionaram que comem o que recebem pedindo das vizinhas, ou na rua mesmo. Umás famílias estão superando a falta de alimentação com a estratégia de só comer uma vez por dia. Para ser bem sucedida, esta tática precisa-se de uma medida complementar, me aconselhou uma senhora. Precisa levantar-se tarde, e deitar-se cedo. Assim o corpo não sente tanto a falta de alimentos. Outras famílias criaram um novo tipo de bife: casca de banana frita.

Uma senhora me garantiu que ela consegue varrer a rua o dia todo (ela é uma das famosas "marquaridas" da prefeitura do Recife, as varredoras de rua, que substituem os homens por causa da sua dita capacidade natural de limpar) movida a álcool - uma lapada de cachaça de manhã cedinho, outras na medida em que o dia vai passando. Não se sente fome, não, ela afirmou.

Além da substituição de alimentos bons por outros de pior qualidade, uma outra maneira de utilizar o poder de "livre



escolha" no consumo, é a redistribuição dos recursos no orçamento familiar. A família pode optar pela diminuição de gastos em áreas "secundárias" como recreação ou saúde, por exemplo, para defender seu padrão alimentar. Isso se exemplifica entre as 30 famílias beneficiadas pelo PINS que participaram do estudo de casos.

De 1978 a 1980, constatou-se uma perda no poder aquisitivo destas 30 famílias. Enquanto a renda familiar mensal aumentou 133,0% para as famílias de Santo Amaro e 174,0% para as de Beberibe, o custo da ração-base determinado no Decreto-Lei 399, 8/, cresceu 186,2%. Assim, a dona de casa encontrou-se com uma diminuição no seu poder de compra de quarenta por cento, no caso de Santo Amaro. A defasagem torna-se ainda mais séria, se consideramos a renda média per capita, que mostrou um aumento de apenas 123% e 144% nos dois grupos, diante do aumento de custos de 186,2%, 8/.

Trata-se da famosa batalha entre o salário e o custo de vida; segundo um ditado popular, "O salário sobe pela escada e o custo de vida pelo elevador".

Nos limites da capacidade de manobra permitido no sistema,

---

8/ Na comparação entre o aumento do custo de aquisição da ração-base utilizada para estabelecer o salário mínimo e o aumento da renda familiar e per capita durante o período da pesquisa, viu-se que o custo da ração-base aumentou 16,8% no primeiro ano, e 145,0% no último ano. Do início até o fim da pesquisa, houve um aumento de 186,2% no chamado "custo de vida" referente à alimentação. Nos grupos pesquisados, o aumento de renda familiar era de 133% e 174% nos grupos de Santo Amaro e Beberibe respectivamente, deixando uma defasagem com o aumento no preço de alimentação de 12 até 53%. O exame da renda per capita mostra uma diferença ainda maior: as famílias ficam entre 12,2% e 63,2% abaixo do aumento dos custos. Clark, Constance, "A dinâmica da fome e a eficácia do PINS", em Cavalcanti, Clóvis, et alii., POBREZA, CARESTIA, SUBALIMENTAÇÃO, Recife, Ed. Massaranga, 1984. Os cálculos se baseiam no Quadro 4.4. p. 36.

a família tem, finalmente, uma última possibilidade: vender progressivamente seus bens acumulados nos anos melhores. Um senhor que recebeu o direito de ir pagando uma casa de alvenaria no Projeto Mutirão, descreve o processo de descapitalização da sua fase de decadência. Eu perguntei se a experiência dele no projeto habitacional foi positiva:

Pesquisadora: --"E lá, foi bom?"

Entrevistado: --"Bom ali não foi, não. Porque eu vendi tudinho: a cama, vendi o guarda-roupa, vendi tudo que tinha dentro de casa, eu vendi".

P: --"Por que o senhor vendeu os móveis?"

E: -- "Eu comia, as meninas comiam carangueijo. Aqui vou pescar em todo canto (na ilha do Marujá), mas lá no Projeto Mutirão, eu lá pegar um gancho?" (Gravação, antiga residente do Projeto Mutirão).

Chega-se ao último ponto na pauperização progressiva da família. Não se pode esquecer, também, que estas vendas representam uma perda monetária enorme, já que no desespero a família muitas vezes vende um objeto recebendo apenas um décimo do seu valor original.

Chegando a tal grau de descapitalização, é possível que uma família até lance mão de soluções desesperadas para sair da fome. E quantos chegam ao momento de desespero, com suas crianças quoridas chorando sem entender o sofrimento que passam, e finalmente tomam a decisão de atravessar a linha divisória entre comportamento legal e ilegal?

### 1.3. Reivindicações políticas

O exercício do poder contra a carutia não está limitado ao âmbito de decisões individuais no setor de consumo. Diante da

defasagem enorme entre o poder aquisitivo do trabalhador e os preços de alimentos básicos, surgiu um movimento em São Paulo que chegou a ter reflexos a nível nacional -- o movimento do custo de vida. O movimento iniciou-se em 1973, com uma carta escrita por mulheres da periferia, contando as dificuldades enfrentadas. A carta foi lida no Congresso Nacional, mas a carestia continuou sua subida.

Em 1975, uma pesquisa feita de casa em casa mostrou que o custo dos gêneros de primeira necessidade crescia mais do que o salário mínimo.

Em 1976, fez-se um abaixo-assinado às autoridades pedindo controle do custo de vida, melhoria dos salários e mais creches e escolas. Numa assembléia de 4.000 pessoas, este abaixo-assinado de 19.426 assinaturas foi entregue às autoridades, com cobertura ampla na parte dos jornais, revistas, e televisão 2/.

Esta movimentação repercutiu no país inteiro, destacado por momentos como o "Protesto das Panelas Vazias" reportado no jornal Movimento (22 a 28/fev/1979). Houve um abaixo-assinado de 1,3 milhões de assinaturas, que não foi recebido pelo então presidente Geisel, alegando infiltração de subversivos (Movimento, 28/8/78). O "bloco da carestia" (Movimento, 22 a 28/2/79) teve repercussões nos carnavais de rua do grande Recife e outras áreas, e manifestações públicas continuaram a ser realizadas de lá para cá -- 1.000 pessoas em São Paulo (Folha de São Paulo, 28/8/81), 300 pessoas em 1981 (Folha de São Paulo, 28/8/81) e 300

---

2/ "O Movimento Popular contra o custo de vida". CADERNOS DO CEAS, número 54, março-abril, 1978, pp. 10 a 12.

pessoas, cercadas por 100 policiais, em setembro de 1981 em Salvador (Jornal do Brasil 21/9/81). Muitas outras manifestações que não chegaram aos jornais também aconteceram, especialmente nas áreas populares das grandes cidades.

É interessante notar uma distinção entre os tipos de poder exercidos nas primeiras táticas e nesta terceira de reivindicação política. A decisão de exercer uma opção nos casos de consumo individual levava diretamente ao seu objetivo. Assim que resolve cortar carne da lista de compras, pode fazer isso e ver um resultado imediato. Quem vai para o mangue pode voltar com siri na mão. Quem deixa de fumar pode usar o dinheiro assim liberado para comprar uma comidinha a mais. Mas a reivindicação política, que visa um resultado ao nível global, se encontra cercada por condicionamentos que limitam o êxito da realização do próprio gesto reivindicatório, além da demora no alcance do resultado concreto. Alguns limites a esta ação organizada do povo serão examinados a seguir.

## 2. Alguns limites à resistência popular contra a fome

Quando se considera o panorama de resistência evocado nas páginas anteriores, parece que o povo dispõe de uma variedade bastante diversificada de meios para confrontar a questão da aquisição de alimentação adequada. O leitor poderia se perguntar, diante de tudo que vem sendo feito, desde o apelo a meios extra-mercado até reivindicação política: por que é que se encontra um quadro tão desastroso em relação à nutrição nordestina?

Examinaremos apenas dois aspectos da questão, como pontos que sugerem facetas generalizadas da condição de marginalização das massas. O poder popular esbarra em dois limites óbvios nas suas tentativas de saciar a fome, o limite colocado pela impossibilidade do trabalhador rural de se manter como produtor de alimentos, e o limite cercando a questão da carestia dos alimentos básicos em relação aos meios de sustento disponíveis à classe.

Referente ao problema da expulsão do pequeno produtor do campo, serão colocadas reflexões sobre a política de modernização da agricultura, ao lado de alguns limites institucionais no cumprimento da lei da "reforma agrária" que reforçam este processo doloroso e desumano. Quanto à questão dos preços, a opção por uma política de exportação e suas consequências para a mesa do brasileiro do salário mínimo serão examinadas.

#### 2.1 Modernização da agricultura -- expulsão do produtor

Por que é que muitos lavradores não conseguem reter seu status de produtor de alimentos? Por que tantas famílias que produziam alimentos para o trabalhador da cidade, e ainda satisfaziam sua própria fome, estão sendo expulsas da terra para abrir caminho para grandes projetos enérgicos ou da produção de alimentos para exportação?

Por que é que o Recife se encontra como o paradero final de um grito de dor que se solta dos corações de milhares de trabalhadores que continuam a romaria triste retratada há anos por Jorge Amado:

"Todos os anos os colonos que perderam a terra os trabalhadores explorados, as vítimas da seca e dos coronéis juntam seus trapos, seus filhos e suas últimas forças e iniciam a jornada" 10/.

Na época o autor escreveu sobre os retirantes que tentavam escapar dos flagelos induzidos pela desigualdade econômica na estrutura da posse da terra. Os que retornavam mostravam-se desiludidos com os sonhos dourados de São Paulo:

"e é difícil, se não impossível descobrir qual a maior miséria, se a dos que partem ou a dos que voltam".

Só que hoje, não tem para onde voltar.

A terra se tornou uma fonte mais lucrativa do que nunca para os investimentos das classes dominantes, com a implantação da modernização agrícola no país. No Brasil, como na América Latina em geral, evidencia-se uma "modernização conservadora" "na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado" 11/. São os "grandes agricultores, os terratenentes e os especuladores fundiários que mais acesso têm às políticas de incentivos", e quem, portanto, conseguem maiores lucros 12/.

Os grandes beneficiados das políticas agrárias dos últimos tempos têm sido, pelo que se vê, os latifundiários e aqueles que

---

10/ Amado, Jorge. SEARA VERMELHA, Rio, Ed. Record, 1977, p. 56.

11/ Silva, José Graziano da. "A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira", Cadernos do CEAS, número 69, set/out/1980, pp. 56-57.

12/ Mueller, Charles C. "Formulação de políticas agrícolas", REVISTA DE ECONOMIA POLITICA, vol. 2/1, número 5, jan/março, 1982, pp.118-119.

disponem de grandes somas de capital -- a burguesia industrial nacional e internacional, sem mencionar o capital financeiro. Como José Graciano da Silva afirma:

"Hoje o latifúndio se aburguesou e se internacionalizou. Não são mais apenas os velhos coronéis do Nordeste. Os grandes latifundiários, hoje, são também os bancos e as grandes multinacionais: o BRADESCO, a Volkswagen, o Jari..." 13/.

Enquanto os grandes detentores de capital se aprazem de facilidades cada vez maiores e melhores, para o trabalhador rural resta apenas um processo de crescente pauperização através dos efeitos da modernização: 1) a expulsão, 2) a substituição de moradores por trabalhadores volantes e 3) o aumento da sazonalidade do trabalho 14/. Tudo isso leva à fragilidade cada vez maior do trabalhador, destruindo sua base familiar de produção, e às vezes até levando à destruição da família como tal. E ainda mais, provoca uma crescente desigualdade. Segundo Charles C. Mueller, "as políticas agrícolas contribuíram fortemente para uma concentração da renda, tanto em termos pessoais, como regionais" 15/.

---

13/ Silva, José Graciano da, O QUE É A QUESTÃO AGRÁRIA. Curso de Planejamento do Desenvolvimento Social, CETREDE, s.d., s.p., mimeo.

14/ Wanderley, Maria de Nazaré Baudel, A DINÂMICA DA ECONOMIA AGRÁRIA E A ABSORÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NO NORDESTE, Fortaleza, CETREDE, 1981, mimeo, pp.11-12. Sobre a questão da expulsão da terra e da vinculação dos projetos oficiais e políticos agrícolas e de crédito, veja: ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS, "Projeto Integrado do Alcool do Estado do Maranhão", publicado nos Cadernos do CEAS, número 59, 1980, pp. 72 a 76.

15/ Mueller, op.cit., p. 113.

Existiria uma protecção para estes trabalhadores rurais, diante deste processo que os coloca numa engrenagem pouco benéfica para eles? Tem-se a legislação destinada a minorar os efeitos nocivos deste processo de modernização, o Estatuto da Terra. Acreditamos que ela, no entanto, acaba sendo mais um obstáculo à plena realização do poder popular.

## 2.2 O Estatuto da Terra : garantia dos direitos do capital

Se a modernização da agricultura no Brasil, em vez de ser um fator de mudança estrutural, é utilizada pelas elites "de maneira a incrementar as desigualdades existentes" 16/, não seria surpreendente descobrir que a legislação resultante da luta dos trabalhadores por uma Reforma Agrária tenha servido igualmente como meio para ampliar o controle social efetivo sobre os próprios agricultores.

A luta pela Reforma Agrária que vem sendo travada desde a década de 40, é apoiada pelos agricultores ameaçados de expulsão da terra, portadores a "única classe social que, desde a proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército" 17/. As classes dominantes conseguiram abarcar a própria proposta de Reforma Agrária de tal forma que elas se tornaram os principais beneficiários, e criaram

---

16/ Fernandes, op.cit., p. 116.

17/ Martins, José de Souza, OS CAMPESES E A POLÍTICA NO BRASIL. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 27.



mecanismos novos de controle social.

Antes do golpe de 1964, os industriais, comerciantes, banqueiros e representantes dos interesses norteamericanos, organizados no IPES -- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, resolveram elaborar um projeto de lei de Reforma Agrária que satisfaria os seus interesses 18/. O Estatuto da Terra essencialmente incorporou as posições do IPES, e foi rapidamente aprovado pelo Congresso Nacional que representa as mesmas forças políticas que tinham obstruído qualquer medida de Reforma Agrária nos 18 anos anteriores. Deste modo, a burguesia brasileira se dobrou às exigências do governo norteamericano para efetuar uma modificação da estrutura fundiária, em vista da necessidade de aliviar tensões que pudessem levar a revoluções do tipo cubano.

A burguesia defendeu seus interesses pela introdução de uma reforma dentro da lógica do desenvolvimento das forças produtivas. Esta utilizou a tributação como uma estratégia que favorecesse a implantação de padrões empresariais no minifúndio e no latifúndio. A desapropriação aconteceria apenas nos casos onde houvesse tensão social de tal intensidade que oferecesse riscos políticos. Tratando de uma reforma típica, de emergência, a intenção desta legislação, como observa Martins, é evidente: a desmobilização do campesinato, e o isolamento dos mais ativos lutadores. Como ele observou, o "Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de

---

18/ Ibid., p. 93, citando IPES - A Reforma Agrária (Problemas-bases-solução), São Paulo, 1964.

classe" 19/.

A legislação carece dos mecanismos pelos quais ela seria posta em prática. Por exemplo, a lei atual prevê a administração do Estatuto da Terra pelo judiciário e pelo INCRA, ambos vistos como órgãos a serviço das classes dominantes por muitos dos trabalhadores rurais combativos 20/.

A posição do INCRA em relação aos problemas da terra merece destaque especial a este respeito, segundo os depoimentos de lavradores na RFR. A demora dos processos "na justiça", é um dado concreto, mostrando como o aparato jurídico do estado capitalista vem sistematicamente favorecendo os grandes, que tem maior flexibilidade e capacidade de resistência, podendo recorrer a outras fontes de sustento enquanto uma terra fica em disputa. Esta saída, obviamente, se torna impossível para o pobre. Na assembléia de Paulista, um advogado contando o caso de trabalhadores rurais da Paraíba exemplificou este mecanismo:

--"Os posseiros da Fazenda A... estão com posses invadidas por ordem do gerente Doutor X... Apesar de estarem protegidos por uma liminar de manutenção de posse do juiz da 1a. Vara Civil de João Pessoa, a decisão do Juiz vem sendo sistematicamente, abusivamente, desrespeitada numa prova de que para os proprietários a justiça só merece respeito quando decide para atender seus interesses" (Gravação, assembléia de Paulista).

Nas áreas onde já houve intervenção dos órgãos do estado, especialmente do INCRA, houve uma melhora concreta na situação do

---

19/ Ibid., pp. 94-96.

20 ESTATUTO DA TERRA, Lei número 4.504, 30.11.64, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, 1965.

pequeno produtor? Na opinião de um trabalhador rural, beneficiado por uma ação de desapropriação, nem tanto:

--"A terra da Fazenda B ... foi desapropriada desde o ano passado, e pelo Governo do Estado. Até hoje, ninguém recebeu nenhuma solução. Nós temos esperando, e nós queremos terra pra trabalhar". (Gravação, assembleia do Paulista).

Mesmo com a assistência técnica que veio junto com a desapropriação, os lavradores se vêem na necessidade de apelar ao assalariamento inseguro:

--"Lá a lavoura morrendo, o que nós planta tudo se acaba. Nós temos uma equipe da Ematerpe conosco mas até agora nada foi feito, nada foi realizado. Somos mais de 200 famílias que estamos sofrendo. A maioria está no alugado, trabalha na usina N... Companheiros, nós pedimos às autoridades que aqui se encontra, que tome as providências. Que seja feito isso. Que nós estamos sofrendo, porque o trabalhador assalariado vive do seu salário, mas nós agricultores vivemos da terra, daquilo que planta. E se nós planta e a lavoura morre, estamos abandonado de qualquer maneira" (Gravação, assembleia do Igarassu).

A ineficácia de desapropriação feita de forma incompleta e controlada pelas classes dominantes, e testemunhada por um camponês, contando suas experiências com o INCRA:

--"Companheiros, aquela desapropriação foi feita no ano de 1974, uma desapropriação pelo INCRA... mas em vista que foi desapropriado pelo INCRA para cada um agricultor, uma área que mede de 3 hectares até 6, nós estamos sofrendo. Porque se fosse mais terra como mostra o Estatuto da Terra, 15 hectares pra viver suficiente, o agricultor com sua família não estava sofrendo esta terrível situação" (Gravação, assembleia do Igarassu).

O fato que o INCRA nunca terminou o processo de desapropriação desta área obrigou os moradores a viverem numa tensão constante, como declara um dos lavradores:

--"Agora meu pai morreu em 79 e já fazia 20 anos que ele morava neste sítio aqui. Então é o tempo que a gente moramos aqui. Durante esse tempo todinho, sempre existiu esse problema de tira-não-tira, tira-não-tira. Até hoje não foi tomada uma decisão definitiva pra gente aqui. Então sempre continua esse problema" (Gravação, entrevista na assembleia do Paulista).

Por conta da falta de encaminhamento ao nível oficial, os próprios moradores estão em dúvidas sobre seus direitos perante a lei (embora seguros dos seus direitos de fato). Isso se revela na entrevista seguinte:

Pesquisadora: Você pode me dizer qual é o problema aqui? O que está acontecendo?

Entrevistada: O problema daqui é que a turma querem tomar conta da terra... A terra, uns disse que foi desapropriada, outros disse que não foi desapropriada. Tá o problema desde 1958, no ano que eu nasci que já havia este problema aqui em Iamã. E até hoje continua o mesmo problema.

Pesquisadora: Você tem informação segura? Sabe se foi desapropriada ou não?

Entrevistado: Não, até agora acho que ninguém tem certeza não.

Pesquisadora: Quem é que poderia dizer essas coisas? Quem é que tem competência para dizer?

Entrevistado: Olha, por enquanto eu não tenho nenhuma certeza. Por isso, aí vive movimentado há muitos anos. Uns falam, outros falam. Até agora que não tenho certeza de nada. Mas a turma continua trabalhando e até que tenha certeza (dos seus direitos). (Gravação, entrevista durante a assembleia do Paulista).

A experiência de Iamã tem sido vivida também em outras áreas da RMR. Como o coordenador regional do INCRA reportou, em 1981 existiu litígio entre os posseiros e as empresas imobiliárias nos "sítios" de Duro Preto e Fragoso nos municípios de Olinda e Paulista, e nas áreas de Engenho Novo, Santa Cruz, e Pirajui, no

município de Igarassu 21/.

Numa outra área da RMR, segundo depoimentos colhidos na mesma assembléia em Paulista, viu-se o apelo à violência nua e crua, por parte de "homens de bem", dos donos da terra e das companhias imobiliárias. Até o Estado, a partir da participação da polícia, entrou em ação contra os lavradores:

--"As agressões foram: a casa derrubada, lavoura arrancada, depósito de ferramentas quebrado e forno de casa de farinha (destruído). E a polícia esteve lá sete vezes para ajudar eles a destruir" (Gravação, assembléia do Paulista).

--"Minha irmã apanhou na cara. Ela é viúva carregada de filhos, com os filhinhos tudo morrendo de fome e foi lá. L..buteu a casa abaixo com a polícia de Igarassu, e então o L... deu na cara da mulher. E os móveis de lá, putaram no carro e levaram para a delegacia de Igarassu. Ainda hoje, se espera que volte esses móveis de lá, e até hoje ainda não voltou" (Gravação, assembléia do Paulista).

Assim, na prática, a execução de desapropriação nesta área vem sendo prejudicial aos interesses dos pleiteantes, seja pelo alcance limitado da medida (beneficiando apenas uma parte das famílias que moram na área), seja pelas condições desfavoráveis impostas aos beneficiados pela desapropriação (lotes pequenos demais para permitir a diversificação da produção necessária para a sobrevivência do pequeno produtor numa profissão de alto risco).

Se a tendência atualmente verificada continuar, o "desenvolvimento urbano" da RMR vai eliminar uma fonte de

---

21/ Rigueira, Nunes, "Problema fundiário ganha nova dimensão". DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13.12.81.

alimentos, desalojar trabalhadores do campo e garantir a continuação e aprofundamento da miséria já reinante nesta capital do Nordeste.

Se o povo deixar esta terra, o que vai fazer? Suas escolhas não seriam reduzidas às alternativas: "roubar .... ou morrer de fome pelas calçadas"?

--"Se nós vamos na rua, vai morar na beira do canal, minha gente. O que é que nós pode fazer, que educação nós vamos dar aos nossos filhos? Não é ensinar a miséria, a desgraça que vive acontecendo, roubar, assaltar ou morrer de fome pelas calçadas?" (Gravação, assembléia do Paulista).

Nesses depoimentos coíbe-se um aspecto do retrato da fome no Recife -- o capitalismo selvagem, que desconhece as normas civilizadas, fazendo com que até uma viúva, uma mulher desprotegida, se torne objeto da violência do homem. E não de homem qualquer, mas do "homem da Lei". O direito de propriedade se torna um direito unidimensional -- a casa do trabalhador não é mais seu castelo, e sim apenas o alvo de violência aparentemente impune do dono da terra, quer este seja dono com "papel passado" ou não.

Esta em jogo toda a questão dos interesses a serem servidos pelo uso da terra. A terra vai ser utilizada como meio de produção, servindo à subsistência do pequeno agricultor e sua família e abastecendo as feiras da vizinhança com alimentos baratos e bons? Ou a terra deveria ser empregada como fator de capital, servindo como investimento financeiro seguro, apoiado pela política do governo? Os lavradores sabem a resposta do ponto

de vista da sua classe;

--"Nós não podemos ser deixados levar por pessoas que vêm de lá de fora, assim de especulação imobiliária, assim de pessoas que vêm pra qui. Não querem vir trabalhar. Apenas querem viver aqui somente daquilo que os trabalhadores com o suor do seu próprio rosto fez, toda essa benfeitoria" (Gravação, assembleia do Paulista).

Os lavradores que falaram nestas assembleias não se encontraram completamente submetidos às regras do jogo capitalista. Percebe-se a sua distância com respeito à sociedade de consumo em depoimentos como este:

--"O nosso mercado é a maré" (Gravação, assembleia do Paulista).

Existem famílias que se sustentam com um mínimo de interação com o sistema econômico vigente. Ninguém trabalha empregado nestas famílias, o mercado é a maré. Mas elas tem a posse efetiva de uma riqueza que pode ser capitalizada, que provoca agônias no capitalista faminto de lucros cada vez maiores. "O urubu está com raiva do boi...O urubu está querendo comer, mas o boi não quer morrer". O capitalista vive da expansão constante do seu capital: ele quer "comer" estas terras para especulação imobiliária, através de loteamento e a venda subsequente de casas. Nem se apresenta esta expansão como opcional para ele: com a expectativa da continuada desintegração do sistema econômico, uma taxa de inflação desenfreada, as falências das indústrias, e todas as outras ameaças de uma estrutura em crise, o único investimento seguro, segundo a sabedoria secular, é a terra. O capitalista quer comer. Mas o povo quer viver.

O povo quer viver de forma digna, para poder passar uma vida segura e honesta com seus filhos. Ele vê alternativas sombrias a esta proposta: roubar ou morrer de fome. Ele se preocupa muito com a sua família, um valor muito importante para o homem e para a mulher do campo.

--"Eu peço a essas autoridades que por favor, que tenha misericórdia dessas crianças, desses velhos cansados que, se forem pra cidade, vão morrer tudo de zuada, só com o abuso dos carros no ouvido. Eles vão se acabar mais depressa. O nosso pai que a gente gosta tanto, as nossas irmãs, minha mãe..." (Gravação, assembleia do Paulista)

Na nossa experiência, a família do campo vem utilizando as formas de poder a sua disposição. Nos campos examinados, destacam-se principalmente o sindicato rural, que tem sido plataforma para as reivindicações comuns e de situações de emergência. Na medida em que esses instrumentos não servam aos interesses do povo, se pergunta: o povo tem poder para criar novos instrumentos?

A utilização da violência para garantir a continuidade da situação de desigualdade, pela concentração cada vez maior das riquezas, produz uma "situação permanente de conflito" 22/. E neste contexto que se deve entender a denúncia da CONTAG, que cita a ocorrência de 96 casos graves de conflitos pela posse da terra em 1980, envolvendo 103 mil pessoas. Estes conflitos levaram ao assassinato de 3 trabalhadores rurais naquele ano, a casos de prisão injusta, a invasão de casas, a ameaça de morte, a sequestros, a invasão de Sindicato, a apreensão do ônibus, a

---

22/ Fernandes, op.cit., p. 118.



espancamentos 23/. A lista nem inclui as roças destruídas, as famílias forçadas a saírem da terra, o terror, o medo, o fim das esperanças de tanta gente.

O projeto de modernização e o tipo de Reforma Agrária institucionalizada no Estatuto da Terra, funciona não só no sentido de garantir a continuidade das classes dominantes no poder, mas também funciona como mecanismo de aquisição de maiores vantagens relativas para sua classe, levando em consequência a um desequilíbrio cada vez maior entre a porcentagem de riqueza nas mãos da burguesia e do povo. Tampouco se cumpre a lei já elaborada pelo próprio grupo dominante. O desrespeito por esta lei leva a subsequentes casos de violência, terror e até morte, em que cidadãos produtivos e trabalhadores honestos são arrasados pelos donos do capital e da terra.

Além da posse da terra, um outro fator institucional que limita o exercício de poder na parte dos trabalhadores é a dependência do mercado externo, devido a política de estímulo à exportação. Por causa disso, um país rico como o Brasil, rico em terra, se vê na situação absurda de exportar produtos agrários para o resto do mundo, enquanto sua própria população passa fome.

2.3 - Exportação: Disparam os preços, desaparece o feijão

Se a política de modernização da agricultura tem golpeado o lavrador, forçando-o a abandonar sua terra ou a se sujeitar ao

---

23/ Silva, José Francisco da. AS LUTAS CAMPONESAS NO BRASIL - 1980. CONTAG, ED. Marco Zero, Rio, 1981, pp. 81-82.

capital financeiro, a política de exportação ataca diretamente o trabalhador urbano, na medida em que influi na oferta de produtos básicos e conseqüentemente, nos seus preços.

A falta de alimentos no Brasil é um mal totalmente desnecessário do ponto de vista da capacidade produtiva do país. Em primeiro lugar, terra aproveitável não falta. Em 1972, 38,8 milhões de hectares foram ocupados com lavoura, enquanto sobraram 74,3 milhões de hectares de terra aproveitável. Além disso, consta-se que o Brasil já produz mais do que sua população precisa para seu consumo. Em 1975, por exemplo, o país produziu 180 g de proteína por habitante por dia, e 6.400 calorias diárias, enquanto as necessidades fisiológicas médias são de 69 g por dia de proteína e de 3.000 calorias 24/.

Se o país é capaz de sustentar uma produção agrícola suficiente para alimentar sua população, é necessário procurar entender porque a classe trabalhadora simplesmente não exige que isso seja feito. Qual é a raiz do problema do mal aproveitamento das terras produtivas? No Brasil, trata-se de um tipo de desnutrição esquisita, desnutrição no meio de plenitude, o que Clóvis Cavalcanti chama "a desnutrição da desigualdade, da iniquidade" 25/. É que nós batizamos de "fome desenvolvimentista"

---

24/ Neto, Francisco Graziano e Graziano, Tais Costes, "O Brasil produz mais do que come?" MOVIMENTO, 17.12.77.

25/ Cavalcanti, Clóvis, "A problemática socio-econômica da desnutrição: proposições para debates. Seminário sobre a economia da tecnologia", São Paulo, 27.6.78, mimeo.

em contraste com a "fome da escassez" 26/, para distinguir uma fome existente no meio da riqueza, provocada por escolhas em nome de "progresso e desenvolvimento" em contraste de uma fome proveniente da falta de recursos.

A grande derrota das lutas populares contra a fome consiste na defasagem entre os aumentos nos preços de produtos básicos (o chamado "custo de vida"), e os reajustes salariais. Durante os três anos do PINS, percebeu-se este fenômeno com muita clareza, especialmente referente ao preço do feijão. Neste período, o preço de feijão subiu de Cr\$7,40 (janeiro de 1978) para Cr\$ 114,42 (dezembro de 1980), registrando um aumento percentual de 1.446,22%. Ao mesmo tempo, o índice acumulado da variação de preços de alimentação subiu 695,5%, e o índice geral de variação de preços subiu 479,3%. O salário mínimo, neste mesmo período, teve um aumento de apenas 451,9% 22/.

O impacto do mercado externo na orientação da produção agrícola brasileira é evidenciado nos seguintes dados. Entre 1970 e 1979, os preços dos principais produtos alimentícios da mesa do pobre tiveram um aumento irrisório: o arroz aumentou 0,5% e o feijão 1,7%. Ao mesmo tempo, a soja mostrou um incremento de 578,3% na produção e as laranjas 218,6%. A produção para a exportação prejudicou a produção de alimentos de modo que, no Brasil, se tornou necessário importar feijão, arroz e outros

---

26/ Clark, Constance. "A Dinâmica da fome e a eficácia do PINS" in Cavalcanti, Clóvis et alii. (1981), p. 102.

22/ Galindo, Gamil. "Uma visão global da administração do PINS após três anos de intervenção: efetividade e custos" in Cavalcanti, C. et alii. (1981), pp. 247-249.

itens alimentícios, a um custo de aproximadamente US\$ 350 milhões em 1979 28/.

Além das deficiências na estrutura de oferta de alimentos que se apresenta como uma das características da política de exportação, há outras inconveniências decorrentes desta política. Na medida em que o país depende do mercado internacional, ele se encontra na obrigação de arcar com todos os riscos da instabilidade nele imbutido. Nunca se tem certeza dos preços da mercadoria no mercado internacional, principalmente quando se trata de produtos do setor primário.

A instabilidade deste mercado pode ser exemplificada no caso do trigo. Durante mais de 15 anos, a partir dos meados dos anos 50, o preço mundial do trigo se situava ao redor de US\$ 50-75 por tonelada. Esta estabilidade se deveu, em grande parte, aos estoques dos Estados Unidos e de Canadá. Com a brusca queda nos estoques em 1973, devido às colheitas menores e compras grandes na parte de alguns países, os preços subiram repentinamente para mais de US\$ 200 em 1974. As majorações no preço do trigo seguiram-se rapidamente pelo aumento de outros preços, especialmente em alimentação 29/. Já que é justamente os países mais pobres que são mais atingidos por qualquer modificação no preço de alimentos (devido a maior proporção de seus gastos com este item),

---

28/ Aguiar, Ronaldo Uonda. "Alimentos: um prato cheio de problemas", REVISTA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA, v. 12, número 1, jan/mar, 1981, p. 67.

29/ Banco Interamericano de Desenvolvimento. PROGRESSO SOCIO-ECONOMICO NA AMERICA LATINA. Relatório de 1980 1981. Washington, D.C., p. 201.

desencadearam-se aumentos consideráveis nos índices de preços aos consumidores nos países dependentes.

Pode-se compreender parcialmente o impacto social da dependência da demanda instável do mercado internacional pela consideração do efeito de um aumento na produção de soja no Brasil. Esta mudança, feita para acompanhar os fluxos de preços no exterior, deslocou aproximadamente 200.000 trabalhadores brasileiros dos campos de café 30/. O impacto social da dependência do mercado externo também se vê no caso do açúcar. A subida dos preços do açúcar no mercado internacional no início da década de 60 levou os produtores a expulsarem lavradores de suas terras. Muitos destes entraram nas ligas camponesas que mobilizaram a região nordestina na época anterior ao regime militar que governou o país até 1985 31/.

Se a exportação traz estas dificuldades todas, porque é que se utiliza este mecanismo? A pergunta lógica para iniciar uma resposta a esta indagação é: Quem se beneficia com a política de exportação?

Os maiores beneficiados dos bilhões de dólares em mercadorias exportadas da América Latina todo ano são os monopólios transnacionais que controlam a comercialização e processamento destes produtos nos países-importadores. Em segundo

---

30/ Yudelman, Montague. "Background Paper on the World Food Situation". Agricultural and rural development department, the World Bank, June 5, 1970, mimeo, p.5.

31/ NACLA. "Agri-export: curse of cane" NACLA REPORT, Jan/Fev/1970, SEPARATA.

lugar, aquela parcela da burguesia que se alia ao capital internacional neste ramo encontra uma fonte significativa de acumulação de capital neste negócio 32/.

Quem é que se beneficia, politicamente, com uma política econômica voltada para a exportação? É evidente que não interessa, a grosso modo, ao povo brasileiro produzir para os outros, sem ter o que colocar na sua própria mesa. Também, tal política econômica fornece consideráveis dores de cabeça para a burguesia nacional industrial, que sente uma pressão sobre o custo de sustento de seus operários, com uma conseqüente alta nos salários: quando o preço de alimentação sobe, aumenta-se o custo de reprodução da força de trabalho de que o industrial depende para conseguir sua produção e seus lucros. Nem a tecnocracia dedicada a administração do Estado pode se alegrar com a inquietação social resultante da escassez dos produtos básicos de alimentação.

Há indícios de que a política de produção agrária baseada no princípio de "vantagens relativas" de cada região, em vez de incarnar a racionalidade técnica que se aparenta, de fato funciona a partir de uma racionalidade política. Ou seja, não parece verificada pelos dados disponíveis que a especialização promovida pelas agências financiadoras internacionais, e abraçada pelos países dependentes, realmente leva vantagens econômicas para estes países. Ao contrário, ao que parece, esta especialização tem um

---

32/ Ibid. Para um estudo do impacto de agricultura para a exportação nos movimentos camponeses, veja Jeffrey N. Paige, AGRARIAN REVOLUTION, New York, Macmillan, 1975.

Impacto favorável na continuação da hegemonia dos países do dito primeiro mundo, e especificamente, das burguesias destes países que têm negócios baseados nos países dependentes.

As vantagens gozadas pelo primeiro mundo na atual divisão mundial de trabalho foram realçadas por Hubert Humphrey, em testemunho prestado diante da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Agricultura e Florestamento, do Congresso Nacional dos Estados Unidos, em 1957. Apoiando o programa de assistência alimentar, ele afirmou:

"Se queremos encontrar uma maneira de criar uma dependência para garantir que outros cooperem com a gente, a mim parece que a dependência alimentar é um caminho excelente" 33/.

Um estudo elaborado pelo Departamento de Pesquisa Política da CIA, em agosto de 1974, prevê um poder ilimitado para os Estados Unidos, baseado na sua ascendência sobre os países que sofrem uma deficiência alimentar:

"Os Estados Unidos agora fornecem quase três-quartos do total de exportação de cereais, e seu papel, quase que certamente, crescerá nas próximas décadas" 34/.

Quem se beneficiaria, de longo prazo, com uma política agrária em que o país depende do exterior para o abastecimento de produtos básicos na mesa da população? O mesmo estudo da CIA

---

33/ NACLA, op.cit.

34/ Nelson, Jack. "The U.S. and World Hunger: Food as Weapon", reprint from CHRISTIANITY AND CRISIS, 1.24.77, sem p.

reviva pretensões imperialistas que parecem até anacrônicas na idade das transnacionais:

"A posição de detentor de um monopólio alimentar ... dá ao Estados Unidos uma quantidade de poder que nunca gozaram anteriormente -- talvez uma dominação econômica e política maior do que nos anos logo depois da Segunda Guerra Mundial" 35/.

Quem se beneficiaria, então, com uma divisão internacional da produção alimentar segundo "vantagens relativas"? O leitor ingênuo nestas alturas poderia responder que é os Estados Unidos que se beneficia com a atual defasagem entre a produção e as necessidades reais dos países dependentes. Mas, debaixo da linguagem nacionalista no relatório da CIA e na testemunha de Hubert Humphrey, encontra-se de novo um confronto não com o conjunto da população estadunidense, e sim com os interesses das transnacionais sediadas nos Estados Unidos, para as quais o governo norte-americano se oferece como escudo e espada nas relações internacionais. O grande beneficiário, em termos objetivos, do desequilíbrio provocado pela dependência alimentar, tem sido as corporações transnacionais.

O exame do comportamento do mercado internacional, e das transnacionais, destaca a situação desvantajosa em que o país-exportador se encontra, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político. Não é só o trabalhador do campo, nem a

---

35/ *Ibid.*, o estudo se intitula "Potential implications of trends in world population, food production and climate" citado em Nelson, *op.cit.*



dona de casa da cidade que se encontram sem poder diante do problema de alimentação, é o próprio conjunto dos países do chamado terceiro mundo que não consegue impor uma alteração nas regras do jogo do mercado internacional no sentido de maior reciprocidade, e por isso uma melhor distribuição da renda, com repercussões na comida na mesa do pobre.

No decorrer deste capítulo, vimos que a questão do poder popular não pode ser simplificada à expressão de uma atitude fatalista na parte do povo. Na medida em que examinamos a luta popular contra a fome, chegamos a compreender cada vez mais claramente que a classe trabalhadora está se mexendo de todo jeito para enfrentar este problema. Vimos uma atividade múltipla, dentro e fora do sistema, ao nível individual e ao nível de grupos reivindicatórios, a satisfazer suas necessidades alimentícias. Diante das estratégias utilizadas pela população trabalhadora para defender sua mesa, pode parecer quase inacreditável que a situação continua drástica, com tendência a piorar, como alertam os economistas. Somente uma análise estrutural pode desvendar a causa da defasagem entre o esforço empenhado e os resultados alcançados.

Na segunda parte do capítulo, observamos alguns obstáculos que surgem diante do trabalhador, fazendo com que ele não consiga a satisfação de suas necessidades, no quadro decisório nacional. Percebemos que a estrutura classista do poder limita a realização de uma Reforma Agrária, aquele instrumento que deveria ser um grande passo na direção de eliminar a fome desenvolvimentista. A política agrária de modernização tira o poder de decisão sobre o

uso da terra das mãos da classe que nela trabalha, promove uma concentração cada vez maior da posse, e fortalece uma orientação da produção para exportação que prejudica o abastecimento do mercado interno. E a dependência, para completar o quadro, garante que nem as próprias classes dominantes brasileiras têm a última palavra sobre a estrutura da produção agrícola, muito menos sobre os preços pelos quais se realizam a venda dela.

A família humilde que mora em Santo Amaro, bairro que possui uma das mais tradicionais favelas do Recife, sonhando com dias melhores para seus filhos, economiza na "gororoba" de todo dia, e vota na oposição. Ela não está plenamente consciente dos limites que circunscrevem a realização dos seus sonhos. No entanto, ela chega a xingar os Ministros das pastas econômicas quando eles aparecem na televisão para "explicar" um novo aumento nos preços. A disparidade evidente entre o consumo variado da classe média e da burguesia, e o feijão puro do prato do pobre, eleva a consciência classista desta. O povo percebe com clareza cada vez maior que se trata de um problema baseado na própria estrutura social, não em alguma carência de alimentos devido a catástrofes naturais. Falta, ao nosso ver, uma clareza maior quanto ao papel da dependência, para que o povo aponte as causas reais da sua fome, e os alvos corretos de suas lutas.

Na medida em que o povo é forçado a depender das suas próprias iniciativas e da sua solidariedade com outros da sua classe, na medida em que ele chega a perceber o problema da fome de forma coletiva, nesta medida há a possibilidade de desencadear um processo "contrasistema" que pode aumentar o poder popular.

Capítulo III  
Se ficar o bicho come: Moradia e poder popular

Como consequência direta do problema agrário com sua política orientada basicamente por e para o faturamento de parcelas da burguesia nacional e internacional, há uma corrida desenfreada e desesperada para as cidades.

O povo vem, tanguido pelos grandes projetos que visam a produção de energia para a indústria, sem tomar providências para o recurso mais precioso, a energia humana:

--"Vimos o que aconteceu na construção da barragem de Sobradinho. Para produzir energia, setenta mil trabalhadores saíram de lá e ninguém sabe onde estão existindo esses trabalhadores" (Gravação, assembléia do Paulista).

O povo vem empurrado pela política agrária que sistematicamente favorece a acumulação de terra nas mãos dos que já têm, sem oferecer alternativas para aqueles que não têm:

--"Nós, é todos na fome! Estamos nessa miséria, saíram cento e oitenta morador da fazenda, que estamos expulsos de lá. Vivemos no olho da rua" (Gravação, assembléia de Paulista).

O povo vem e é incorporado de repente ao mercado interno como consumidor sem ter acesso aos meios mais simples de aquisição de dinheiro:

--"Bem, meus irmãos, nós vive na rua morrendo de fome, casa alugada sem ter uma forma de ganhar um tostão. A maré não tem mais comestível. Nós vive nessa situação muito ruim dentro de Itapissuma porque não achamos outro lugar" (Gravação, assembléia de Igarassu).

O povo vem tangido. O povo vem empurrado. O povo vem com esperança no coração; arriscando tudo, armado apenas com seu amor da vida e sua solidariedade de pobre.

E quando chega o que é que encontra? Em geral, não se encontra nem a tranquilidade nem a vida próspera. A grande maioria enfrenta duras batalhas para conseguir uma simples moradia.

Se no campo o povo luta pela terra como meio de produção, na cidade esta luta se apresenta como o desejo ardente para um pedaço de terra por seu valor de uso para habitação. Existem dois aspectos quanto à luta por uma moradia na área urbana do Recife que serão destacados aqui, um ligado à questão de infraestrutura e condições físicas dos terrenos disponíveis, e o outro relacionado à questão da posse da terra.

#### 1. As lutas do povo

Em Recife, encontramos vários níveis de exercício do poder popular na tentativa de conquistar o fornecimento dos serviços de água, luz, calçamento, etc., nos bairros populares. Também, na tentativa de segurar um lugar ao sol, um cantinho para morar, há evidências do exercício do poder. Colocaremos três níveis básicos do exercício do poder popular alcançados pela população de baixa renda de Recife. Um primeiro nível de luta para adquirir os direitos de habitação decente é o da ação direta, puxando luz da casa do vizinho, cortando canos para ter água, invadindo terrenos desocupados ou casas em construção. O segundo tipo de exercício do poder popular que consideraremos é a tática de reivindicação

direta dos direitos de cidadania. Um terceiro nível no exercício do poder popular a ser considerado é a utilização de órgãos jurídicos oficialmente constituídos, tais como os conselhos de moradores ou entidades como a Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese do Recife. Neste último nível de luta, tipicamente há o encaminhamento de lutas através de ações na justiça, com a orientação de um advogado.

### 1.1 Ação direta

A pesquisa do PIRIS não se preocupou com a forma exata pela qual a sua população alvo conseguiu a aquisição dos serviços de água e de luz nos bairros populares pesquisados, mas, de vez em quando, alguém mencionava que tirava água na torneira da vizinha, ou que puxava luz do poste. Houve um caso onde uma área de invasão interna, segundo nos informaram, tornou o dono mestre da COMPESA, fazendo por conta própria sua instalação de água (com isso, a COMPESA chegou e regularizou sua situação num instante). Não se sabe as dimensões reais desta forma extra-legal de exercer o poder para conquistar serviços básicos. No caso das invasões de terra na RMR, nos últimos anos, sabe-se que as ações extra-legais envolveram aproximadamente 1.500.000 pessoas 1/.

Os recém-chegados à cidade, armados com poucos recursos financeiros têm que se sujeitar a condições miseráveis de moradia.

1/ Fagundes, Anselmo, et. al. "Acesso à terra urbana e movimentos populares", Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional", Recife, UFPE, 10.81, p. 40.

Eles literalmente criam espaço para morar, em áreas de mangue ou nas encostas de morros onde é considerado impossível a construção de casas. É um fato de engenharia de tais dimensões que as construtoras do setor formal têm colocado estes terrenos fora da lista de possibilidade de serem loteados.

--"Nós, os moradores do Alto... estamos lá há 21 anos mais ou menos... A casa foi construída, minha gente, com muito sacrifício, porque a área era toda um enorme malagal. Aquelas pessoas, senhoras viúvas, senhoras sozinhas, homens que trabalhavam o dia todo, iam a noite com o candieiro, construíram o seu barraco..." (Gravação, assembleia da zona sul).

Diante da escassez de terrenos, existe uma tendência de encher o espaço com casinhas:

--"Reside 76 famílias neste lugar, onde é tão apertado, onde as casas é em cima da outra porque não existe lugar para que elas se distanciem..." (Gravação, assembleia da zona sul).

A única opção aberta para muitas é uma escolha entre "ruim" e "pior". Um senhor, aborrecido pela falta de condições mínimas de moradia, explica a racionalidade de sua escolha de habitação:

Pesquisadora: Está gostando de morar neste lugar?

Entrevistado: Não tem outro canto para ir, sabe? Não tem outro. Quer dizer, canto tem. Não tem condição para sair daqui (e não ser), ir para outro canto pior. Assim eu prefiro aqui mesmo" (Gravação, beneficiado do PHS).

A ocupação desta terra ruim é vista como um ato de perfeita legitimidade diante da necessidade do povo:

--"X... é uma área pobre, como todo mundo sabe. Os moradores

viver morrendo de fome, diante da situação de um salário de miséria. Como esse povo pode pagar aluguel de casa? Então, existem muitos terrenos vazios desocupados. O povo sofrendo, desabrigado, resolveu ocupar aquelas terras. Porque as terras não é de ninguém, as terras é de Deus, que Deus deixou para o povo. Ninguém tem escritura de terra que Deus passou..." (Gravação, assembleia da cidade do Recife).

O povo sente, e ressentido, o problema de habitação, considerando-se furido na sua própria qualidade de gente e de cidadão. Os animais têm onde se amparar, mas os cidadãos brasileiros que lutam para construir seu país ficam sem casa, sem terra:

--"Nós estamos procurando, reivindicando aquilo que nós temos direito. Direito esse é a posse da terra. Nós temos um problema seriíssimo. E aproximadamente mil famílias, sendo 3.600 crianças e ao todo 6 mil habitantes. Todos esses não tem para onde ir. Os animais têm suas moradas. (Mas) os homens que trabalham tanto, lutam tanto para construir uma nação, não tem uma casa pra morar. E quando invade uma área, é logo ameaçado de expulsão" (Gravação, assembleia do setor sul).

## 1.2 Reivindicação individual e coletiva

Ao contrário do caso da alimentação, em que o povo lança mão de reivindicação como forma de exercício de poder somente depois de esgotar uma série de outras medidas, a situação de moradia empurra o trabalhador logo para o confronto aberto com os poderes constituídos. Talvez isso seja por causa do quase-monopólio da posse destes bens. Na questão de terras urbanas, áreas enormes pertencem a poucos donos, seja particular, como no caso de Casa Amarela, onde cerca de mil famílias pagavam aluguel ou fora a Empresa Imobiliária Pernambuco Ltda, representando uma

única família 2, seja de entidades públicas, como denunciado pelo advogado da Comissão de Justiça e Paz na assembleia do setor sul:

--"Não foi só grupos imobiliários que estão expulsando o povo do setor sul. Está sendo expulso, e pelo próprio governo, expulso pela COHAB (Companhia de Habitação, órgão do estado de Pernambuco). O povo está sendo expulso pela prefeitura do Recife, pela Rede Ferroviária. O povo está sendo expulso pela CHESF, e até o INPS se acha no direito de expulsar (gente)" (Gravação, assembleia do setor sul).

A situação dos serviços públicos é semelhante. No fornecimento da água, o povo se encontra diante do monopólio da COMPESA, um órgão estatal. A luz vem da CHESF e a coleta de lixo da Prefeitura.

No nível de reivindicação direta ao órgão competente, as entrevistas colhidas durante a pesquisa mostram um tipo curioso de relacionamento entre o servidor público e aquele que, no final das contas, deveria ser seu patrão, o cidadão comum. Um senhor explicou a experiência de uma comissão que procurou se encontrar com o representante do governo:

--"O povo procura ele e ele diz que não está. E o tempo está passando e o problema continua. E o problema nosso é a terra, é o direito da terra, dos terrenos documentados" (Gravação, assembleia do setor sul).

Uma comissão se organiza, depois de muito sofrer, já sabendo do desinteresse oficial pelo atendimento às reivindicações. Vencendo o desânimo, chega na companhia estatal da água. Mais uma vez encontra decepção, desinteresse, proteção:

---

2/ Leite, Alvaro L. Pantoja. "Urbanização e conflitos urbanos: o caso de Recife", CADERNOS DO CEAS, número 48, maio/jun, 1977, p.24.



--"Nós fizemos um abaixo assinado de 550 pessoas e levamos para ele. Quando chegou lá, sabe qual foi a notícia? Ele não recebeu. Ele não está aqui. Ele está cansado" (Gravação, assembleia do setor sul).

Mesmo quando as autoridades atendem às reivindicações, a atuação oficial frequentemente se apresenta como muito aquém das necessidades que levaram a população ao exercício do seu direito de reivindicação:

--"Na pessoa do governador do Estado, ele nos prometeu que a desapropriação se faria em toda Casa Amarela. E é para isso que nós estamos lutando.... Porque não é possível, somente uma área pequena como X... ter direito a desapropriação, quando nós sabemos que existem ... outros lugares" (Gravação, assembleia do Recife).

As vezes, as notícias nos jornais anunciam a solução de um problema sem explicar o alcance limitado da medida adotada:

--"Você sabe, através de jornais, que faz um ano que foi feito o Projeto T... Esse projeto foi aprovado pela prefeitura para ser realizado a construção da urbanização de X... Ficou bem a legalização das terras do povo, e até hoje são 17 casas que foram doadas ao povo. Isso é uma injustiça, minha gente" (Gravação, assembleia do setor sul).

O povo não aceita as deficiências no fornecimento de serviços e na resolução dos problemas de posse da terra, já que percebe que o governo tem dinheiro disponível para outros fins, que beneficiam outras classes sociais:

--"A gente vai procurar o secretário e ele nunca tem tempo, nunca atende. (Ele diz) "Mais tarde", "amanhã", "não está", e lá vai. E nunca atende a gente pobre. Mas os ricos da alta sociedade ele atende diário" (Gravação, membro de grupo popular).

A população de baixa renda percebe que há dinheiro para a desapropriação de terra quando isso interessa à indústria, como é

o caso do projeto do super-porto de Suape. E não compreende por que não há verba para resolver os problemas dos trabalhadores que criam o valor nestas mesmas indústrias:

--"As autoridades dizem, "Nada podemos fazer. Nós estamos desapropriando hoje uma área de não sei quantos milhares de hectares, para a construção do projeto de SUAPE, o de Jaboatão". Esse projeto só vem explorar o povo, e nos matar de fome, enquanto não tem condições de desapropriar 500 metros (para o pobre)" (Gravação, assembleia do setor sul).

### 1.3 As lutas jurídicas

Quando o povo apela aos órgãos jurídicos na sua luta para condições de habitação saudáveis e seguras, além das dificuldades mencionadas acima referentes ao atendimento pelas autoridades competentes, ainda encontra outros obstáculos.

Um grupo empenhado numa luta através de um processo na justiça, sentia pressões em cima do seu próprio advogado. A situação chegou até o ponto de ser levantado o receio pelo assassinato do advogado pelo simples fato de defender uma causa popular:

--"Nós acha que ele (o advogado) vai cair fora porque tá amedrontado, né. Porque aqui não é mole, né. Aqui não pode uma pessoa dizer que tá contra o governo, fica marcado, E eles é capaz até de matar o tal, né. A gente acha que ele aí tem um pouquinho de razão" (Gravação, membro de grupo popular).

E até dá para pensar que um advogado teria "um pouco de razão" em se amedrontar com ameaças contra sua segurança física. No Brasil, em anos recentes, não é desconhecida a morte de advogados empenhados na defesa de grupos populares. Em 20.7.82 dois jornais do Pará A PROVINCIA DO PARÁ, e A PROVINCIA POPULAR

anunciaram a morte do jovem advogado Gabriel Sales Pimenta, 27 anos, morto na frente de sua própria casa, com 3 tiros de revólver nas costas, por ser defensor de 158 posseiros numa disputa de terras no município de Marabá. Isso fez parte, segundo a CONTAG, de "uma escalada de violência e terror" no meio rural. Nos anos 1981-1982 morreram nove líderes sindicais rurais, quatro advogados e dezenas de trabalhadores (FOLHA DE SÃO PAULO, 22.7.82).

A insegurança total do pobre nas suas tentativas de reivindicar seus direitos pelas vias legais é evidente. Mesmo dentro de um processo jurídico em que a sociedade oferece mecanismos legais como meios de garantir os direitos dos fracos, os próprios profissionais treinados para encaminhar esse processo podem sofrer retaliações extra-legais, onde os autores destes atos ficam impunes. Que tipo de justiça ou que mecanismo de equilíbrio social pode ser esperado, se a qualquer momento o povo pode ser abandonado pelo único perito que entende dos caminhos tortuosos da tramitação da lei?

Uma coisa fora de cogitação para uma pessoa da classe média, e o pão-de-todo-dia para a classe trabalhadora: pela simples tentativa de reivindicar seus direitos no tribunal da justiça, uma pessoa pode ser identificada como subversiva!

--"Já tço dizendo por aí que o advogado, esse advogado nosso ... é contra o governo. Tço vendo, já sabe que ele está lutando junto com a pobreza, junto com nós, que estamos por aí agregado, né. E então, já estão por aí falando, comentando que ele é contra o governo" (Gravação, membro do grupo popular).

Como condicionante do exercício do poder popular, a força do medo não pode ser desrespeitada. O medo é cultivado através de

vários mecanismos. O boato, mencionado na citação acima, é um dos meios eficazes utilizados por aqueles que querem impedir o exercício deste poder.

A demora na justiça é um outro fator que serve para desaglutinar os grupos populares que apelam aos caminhos jurídicos traçados como o meio apropriado para exercer seu poder. Muitas vezes estas demoras significam que a população se encontra paralizada, incapaz de tomar medidas diretas de melhoria, incapaz de se mobilizar para explorar outros caminhos para solucionar seu problema. Em um caso, um agente pastoral que trabalhava em uma área popular contou para esta pesquisadora que uma turma tinha invadido um terreno. O suposto "dono" do terreno bloqueou a entrada para a rua com um muro de tijolos. Os invasores queriam derrubar o muro, mas o agente pastoral os convenceu a entrar na justiça, já que o suposto dono na realidade não tinha documento nenhum para comprovar sua posse. Dois anos depois, o grupo de fato ganhou a causa na justiça. Mas a ordem passada pelo juiz exigia a derrubada do muro dentro de um prazo que já tinha esgotado, assim dando direito ao muro ficar em pé ou exigindo uma nova entrada na justiça para tentar ganhar uma ordem com data atualizada.

Quando os moradores de bairros populares lançam mão de organizações legais tais como conselhos de moradores, eles enfrentam outras dificuldades. Como se sabe, existe legislação que regulamenta a formação de grupos representativos dos interesses de moradores de uma determinada área geográfica. Uma vez registrados em cartório como conselhos ou associações de moradores, os grupos são reconhecidos como negociadores

credenciados juridicamente para entrar em diálogo com qualquer entidade que possa servir ou ameaçar os interesses e bem-estar dos moradores da área.

Nesta pesquisa, um problema fortemente sentido referente à formação e ao funcionamento de conselhos de moradores é a interferência de autoridades públicas no funcionamento democrático destes grupos. Vários contatos com membros de conselhos ou associações de moradores indicam que estes grupos funcionam, às vezes, como veículos para que os interesses de outros fora do grupo, e até fora da classe, sejam servidos:

Entrevistado: Há as associações de moradores onde uma pessoa só é apontada (nomeada como presidente).

Pesquisadora: Quem é que aponta o presidente da associação?

Entrevistado: Quem aponta são as autoridades. Eles apontam os líderes, que a comunidade às vezes nem conhece. Um líder com muito dinheiro no bolso, dado pela própria prefeitura, pelas próprias autoridades. Com muito dinheiro no bolso, que suborna o povo através da fome do povo (Gravação, membro do conselho de moradores).

Um outro participante de um conselho de bairro explicou que, às vezes, as próprias lutas do povo são expropriadas por interesseiros, para favorecer o crescimento político de alguma figura pública:

--"Líderes de associações de moradores completamente falidos, comprados dos bolsos das autoridades que não dizem nada pelo povo não. Quando realmente o povo precisa desses líderes, eles não aparecem onde o povo está, naquela situação ruim. Só aparecem quando está tudo pronto, que o próprio povo faz no peito, faz na raça. Aparece o cara para fazer média como se sabe, médias eleitorais" (Gravação, membro de conselho de moradores).

## 2. Limites institucionais ao exercicio do poder popular na procura de uma moradia

Percebe-se que a classe trabalhadora emprega taticas diversas para resolver seus problemas de habitacao, seja pela acao direta, seja pela luta juridica ou seja pela reivindicacao organizada.

Examinaremos dois limites institucionais que encontramos nas lutas por infraestrutura adequada e moradia minima. Em primeiro lugar, consideraremos o limite estabelecido pela estrutura fundiaria urbana. Depois, examinaremos a politica urbanistica que delinea os parametros dos servicos de infraestrutura disponiveis a populacao.

### 2.1 A propriedade privada, prioridade do Estado

O quadro de privacao em relacao as necessidades basicas de moradia e de condicoes de infraestrutura e tipico dos "assentamentos subnormais" (na linguagem oficial) do Recife. Esta cidade se encontra plenamente inserida no contexto do capitalismo desenvolvimentista, onde a crescente concentracao do capital exige a concentracao dos meios de producao, que por sua vez requer a concentracao cada vez maior da forca de trabalho <sup>3/</sup>. Ha, portanto, necessidade de uma concentracao de trabalhadores perto dos centros de producao, distribuicao, e comercializacao. Ao mesmo

---

<sup>3/</sup> Castels, Manuel. "Cidades: Sistema Urbano e Poder", LE MONDE DIPLOMATIQUE, in Opinioes, 6.8.76.

tempo, numa região onde um dos atrativos ao investimento industrial é a existência de mão-de-obra barata e dócil, não é surpreendente constatar um patamar salarial extremamente baixo. No caso do Recife, já destacamos no primeiro capítulo o fato de que o salário mínimo não é suficiente para adquirir nem a alimentação básica de uma família, muito menos suprir as necessidades habitacionais (veja a nota 4, capítulo 1). Esta dupla necessidade do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil -- a de uma concentração espacial dos trabalhadores e a da contenção dos salários reais -- poderia facilmente levar a uma pressão insuportável sobre as camadas populares, e por isso, a uma explosão política, se não fosse oferecida alguma válvula de escape para as tensões assim criadas.

E neste contexto que deve-se entender o papel do Estado. Ele assume um papel quase que de gerência do conflito nascente da contradição entre as necessidades do trabalhador e do capital. De um lado, ele se responsabiliza pela manutenção do princípio da propriedade privada e pela promoção de uma industrialização altamente lucrativa. Do outro lado, ele é obrigado a garantir a manutenção geral dos meios sociais de produção, ou seja, a sobrevivência física dos trabalhadores <sup>4/</sup>. O Estado se responsabiliza pela intervenção policial em disputas entre proprietários e invasores, e ele é o principal fornecedor de serviços básicos, através de empresas estatais de energia, água,

---

<sup>4/</sup> Augel, Johannes. "The Poor in the Urban Infrastructure", BULLETIN OF THE SOCIETY FOR LATIN AMERICAN STUDIES, número 29, 10.78, p. 38.

coleta de lixo, calçamento de ruas, educação, saúde, etc.

Na área metropolitana do Recife, há uma pressão sobre as populações que residem em terrenos "invadidos" (as áreas, diante do uso desta expressão mesmo para áreas onde o povo já conquistou o direito à terra por tempo de moradia), apoiando supostos donos munidos de documentos (ou de bons advogados e "amigos na praça"). Diante de uma valorização constante dos terrenos urbanos, incentivada pelas vantagens comparativas deste tipo de investimento na atual conjuntura financeira instável, o conflito entre o povo e as classes dominantes se aguça 5/.

O Estado se encontra numa situação contraditória diante deste contexto. Como fiador da acumulação capitalista, ele não pode permitir um desafio frontal à posse privada da terra. Por outro lado, como legitimador da ordem social atual, ele tem que atender às dificuldades reais da população trabalhadora, impossibilitada de sustentar o ônus de comprar ou alugar moradas nas terras super-valorizadas da RMR. O dilema do morador, imprensado entre a cruz (o desemprego e o salário baixo) e a espada (custo de moradia na RMR), é bem colocado por um trabalhador na assembleia do Sutor Sul:

---

5/ Araujo, Tânia Bacelar de, "Crescimento industrial do Nordeste: para quem e para que", REVISTA PERNAMBUCANA DE DESENVOLVIMENTO, Recife, 8(1), jan/jul, 1981, explica que os detentores de capital não consideram os investimentos no Nordeste uma grande oportunidade. Para ela, "As saídas buscadas pelo capital na crise atual vão muito mais na direção do mercado financeiro, do mercado imobiliário, do mercado de terras (rural e urbano) etc.", p. 18. Ela sugeriu que "É preciso, portanto, repensar o Nordeste...discutindo para quem e para que a continuidade do crescimento industrial de nossa Região", p. 19.



--"Nós temos que ficar lá porque pra outro lugar nós não podemos ir. Então pedimos às autoridades que sintam isso de perto, sintam a necessidade do povo que são assalariados, biscateiros, lavadeiras. Que muitos não têm condições de pagar apenas Cr\$50 por mês, quanto mais alugar uma casa ou comprar. O que fazer? Então, esse é o motivo de morarmos numa área de invasão" (Gravação, assembleia do setor sul).

Diante da impossibilidade de resolver a contradição entre os interesses da burguesia e da classe trabalhadora, os oficiais tentam se esconder das reivindicações do povo. Das várias assembleias públicas assistidas pela pesquisadora, em nenhuma vez constatou-se a presença das autoridades competentes. Os participantes, que os convidaram com antecedência, interpretaram este fato de duas formas. De um lado, pensaram que os governantes só se interessam pelo povo na véspera das eleições. Do outro lado, é deixado entender que os governantes não gostam do povo, que eles preferem participar de festas ou inaugurações onde a presença da classe abastada é predominante.

Quando o povo consegue se comunicar com seus representantes políticos, encontra-se uma defasagem entre as promessas feitas e as ações realizadas. Em um bairro popular, constata-se um descuido a respeito das promessas feitas à população, enquanto que em um bairro de classe "A" recebe-se todo tipo de assistência:

--"A gente chegou aqui em 75, no Corrego do X... (Temos) documento comprovando que o governador prometeu de fazer um arranjo pra gente, dá umas coisinha. Até a data de hoje (1980), todo inverno morre gente, cai casa, cai barreira... e nem o governo, nem o prefeito, nem os deputados, nem o vereador nem olha, não senhor. Mas o bairro de Boa Viagem é olhado, é olhado, é bem olhado" (Gravação, assembleia do Recife).

Um problema típico nas reivindicações é o povo se encontrar na posição de "bolinha", como num jogo de pingue pongue, entre duas entidades governamentais, como o seguinte depoimento ilustra:

--"Mas vamos torcer que a CHESF esqueça um pouquinho da gente enquanto a Secretaria cumpre com a palavra que ela nos deu há 8 meses atrás. Tivemos na Secretaria da Habitação. Então, o secretário prometeu que em dois meses nos daria o terreno pronto. Já estamos com 8 meses e nada de terreno. Já procuramos várias vezes, e aumentando mais o tempo e a CHESF nos apertando. O que a gente pode fazer? Cobrar de quem?" (Gravação, assembleia do setor sul).

Mas as autoridades, imprensadas pelos papéis contraditórios que devem cumprir, quando chegam a atender ao povo oferecem respostas tecnicistas, que servem bem para salvaguardar os mecanismos do mercado, mas não atendem às possibilidades dos trabalhadores. Tentando garantir o princípio da propriedade privada, oferecem um plano de comercialização da habitação, no estilo tradicional, através da qual o povo iria comprando um terreno e uma casa ao longo prazo, pelo plano do BNH. Um senhor explicou o desastre organizado que ele percebe como consequência inevitável de programas de habitação financiados:

--"Mas, olhem, no dia em que esse problema de terra não for tratado em termos de banco (vai ser melhor para nós). O Banco Nacional da Habitação é Banco mesmo. Vocês reparem se o que acontece não é isso... Quem recebe uma casa do Banco, fica até feliz quando recebe. Mas, tem que pagar aluguel (N.B. O povo recifense usa a palavra "aluguel" para significar o pagamento mensal que entra no preço total das casas no plano do BNH). E tem o tal de correção monetária e tem os juros. E daí a pouco, vocês que não tem nem dinheiro pra comer, como é que vão ter dinheiro pra pagar? E o dinheiro do aluguel que só faz crescer! Então, acaba vendendo a chave" (Gravação, assembleia do Recife).

Na medida em que a população vai analisando a estrutura da

posse urbana, ela chega a questionar a legitimidade das alegações dos que se chamam donos das terras. Numa área onde o Banco Nacional da Habitação ameaçava os invasores com expulsão, tendo estes se estabelecido num terreno reservado à construção de casas financiadas pelo banco, as famílias experimentaram uma atitude divisionista por parte do Banco, que ofereceu benefícios para algumas famílias, embora deixasse outras sem opção. Um morador chegou a questionar a própria legitimidade da alegação que o banco era o dono do terreno:

--"Nós estamos sendo oprimidos pelo BNH. A uns eles promete grande coisa. A outras, apenas a nossa "alegria" que nós temos e de comprar o terreno. A outros eles diz que nós vai sair, com a indenização e da maneira que eles querem. Pergunto eu, quantas escrituras do terreno eles nos mostrou? Nenhuma, porque eles não tem terra!" (Gravação, assembléia do Recife).

Este depoimento é bastante significativo, já que indica o grau de descrença em que um órgão público tem caído diante do povo. O BNH é dono mesmo do terreno? Está implícita a crença na possibilidade de que este banco estabelecido para garantir a habitação popular seja um griteiro qualquer, ladrão comum dos bens do povo!

O povo descobre pela "pedagogia da prática" que só ele pode resolver os seus problemas. Os resultados concretos de ações de reivindicações são poucos, e totalmente desproporcionais ao esforço investido e às necessidades sentidas. As soluções jurídicas, ao nível de organização e de ação, enfrentam todos os problemas de qualquer ação de reivindicação, e ainda mais facilita a inserção de pessoas estranhas à classe nas posições de liderança. A ação direta, pela qual o povo apropria para si os

bens de que precisa, às vezes dá resultados e talvez sirva como válvula de escape para a agressividade latente naqueles que sofrem a marginalização constante. Mas pode-se perguntar: a ação direta serve aos verdadeiros interesses do poder popular?

Esta pesquisadora sente que um dos resultados principais do recurso à ação direta, com suas consequências, tem sido a desmistificação, para o povo, do papel do Estado. Na medida em que o Estado toma o lado da propriedade privada, no "diálogo" violento das invasões, o povo começa a sentir que seus líderes constituídos pelo governo têm uma incompreensão profunda das suas necessidades e possibilidades.

2.2 A política urbanística -- os serviços urbanos a serviço de quem?

No dia 25 de março de 1982, a Avenida Cruz Cabugá, perto do centro do Recife, rebolou ao refrão da música criada em "honra" da COMPESA -- a Companhia Pernambucana de Abastecimento de Água e de Saneamento: "A conta nunca atrasa, mas a água nunca vem. Diretor tenha dó, somos seus irmãos também". Parecia mais carnaval do que uma luta popular, a passeata de 2.500 pessoas representando 52 comissões de conselhos de moradores da Região Metropolitana do Recife. Tinha mulher, tinha criança, tinha velho. Foram poucos os homens, devido ao horário da conversa com o diretor da COMPESA, que foi marcado na hora do expediente do trabalho. O povo mostrava cartazes, gritava slogans, acenava aos motoristas parados para ver a turma passar, trocava piadas e explicações com os lojistas e pedestres que se encontravam no

caminho. Os motoristas de caminhão pediram as folhas dos cantos, e as vezes se juntaram ao coral popular, acompanhando o ritmo com suas bizuinhas ou cantando as músicas. Esta mobilização, dentro de um quadro de desestímulo geral às manifestações públicas no nível nacional <sup>6/</sup>, sugere a existência de um grau de frustração bastante alto no povo. O documento entregue pelas 52 áreas às autoridades da Compeoa, destaca o cansaço da população com a falta de água, enfatizando a importância da água para a própria saúde da população:

Não suportamos mais subir e descer ladeiras com latas d'água na cabeça. Essa água é apanhada de cacimbas e poços contaminados e produz inúmeras doenças, especialmente nas crianças (DIÁRIO DE PERAMBICO, 26.3.82).

A importância da água para a saúde não pode ser negada, e o povo é bem consciente desta necessidade. A Organização Mundial da Saúde afirma que nada menos que 80% de todas as doenças que ocorrem no mundo estão associadas à falta de água em quantidade e qualidade suficientes para a população. Tifoide, gastroenterite, cólera, doenças da pele, doenças causadas por parasitos, constam na lista desta entidade. O abastecimento de água e o estado nutricional da população estão interrelacionados: a falta de água

---

<sup>6/</sup> Em 1980, a nação inteira assistiu às reivindicações dos metalúrgicos do ABC, São Paulo. Testemunhou a decisão da TRT, declarando a greve ilegal (15.1.80), a intervenção do governo nos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André (18.4.80), a prisão de 15 pessoas e o enquadramento de 13 dirigentes sindicais na Lei de Segurança Nacional (22.4.80, São Paulo. "Trabalhadores Urbanos no Brasil/1980", ACONTECEU ESPECIAL, 7, 1981.

provoca doenças intestinais, causando diarreia; a diarreia reduz a ingestão de alimentos e acarreta a perda de líquidos do corpo, agravando a desnutrição 2/.

O alcance exato do problema do abastecimento de água na cidade e na região inteira não tem sido claramente colocado pela Comesa, mas se sabe pelos jornais e pelos depoimentos dos participantes da manifestação pública, que o serviço de abastecimento de água tem sido insuficiente durante muito tempo. No bairro operário de Iburá há 17 anos a população sofre pela falta de água. O bairro de Três Carneiros já tem feito entre 15 a 20 abaixoassinados, segundo seus moradores, nos últimos 15 anos. A grande área de Casa Amarela tem lutado há mais de 30 anos para resolver seus problemas com a água 3/. Um técnico em planejamento, citando um estudo privado realizado em 1981, afirmou que o atendimento atual na região metropolitana do Recife está em torno de 63% das necessidades mais urgentes. Naquele ano, havia uma necessidade de 10,1 metros cúbicos de água por segundo, e a Comesa só tem a capacidade de oferecer 6,09 metros cúbicos de líquido tratado por segundo. É técnico, esta insuficiência, já que a monopolização estatal do serviço de abastecimento de água existe precisamente para dar uma garantia da continuidade do serviço de abastecimento à população.

A Comesa, dentro da divisão geral de tarefas dessa empresa

2/ Quest. Intern. "Década de água, 1971-1980", A SAÚDE DO MUNDO, Jan. 1979, pp. 2-5.

3/ Documentos entregue à Comesa na ocasião da manifestação pública, 25.3.82.

estatal a serviço do capital, deveria garantir um salário indireto ao trabalhador pelo fornecimento barato da água, desta forma barateando o custo de vida da força de trabalho, e assim subsidiando o baixo salário da região. Entretanto, ela mesma, se coloca no papel de agente econômico na procura de lucros. Assim a Compesa explora sua freguesia pela cobrança integral por serviços que não chegou a oferecer (como reza a música popular: A conta nunca atrasa, mas a água nunca vem). Ainda mais, ela facilita a exploração dos intermediários nas áreas onde há chafariz. O processo é descrito no documento entregue à direção da Compesa:

"São cerca de 10.000 pessoas atingidas em suas vidas pelo problema da falta de água. Em algumas áreas a água chega altas horas da noite, em outras áreas passa de 5 a 6 meses sem chegar água. Como também existem áreas que não possuem distribuidoras. A situação é insuportável, pois além de pagar a Compesa pelas torneiras secas, temos que comprar a lata de água no chafariz".

Esta situação, retratada pelos grupos do Morro da Conceição, e de Casa Amarela em geral, é comum a todos os municípios da região, e quase todas as áreas de baixa renda conhecidas pela pesquisadora sofrem com o fornecimento deficiente da água.

Pode-se até pensar que é demasiada a reclamação dos moradores pelo racionamento da água. A dona de casa bem organizada facilmente pode juntar o líquido necessário para as necessidades da família, não é mesmo? É óbvio que tal raciocínio vem de alguém sem experiência nas tarefas domésticas, e sem experiência nas incertezas do ritmo doméstico numa família de baixa renda. Na avaliação do PINE, notamos as dificuldades da dona de casa em assumir um compromisso fixo com a compra dos alimentos fora do seu

bairro, devido as outras exigências que clamam sua atenção, desde a busca de água, até a procura das ajudas ocasionais que aparecem pelas agências filantrópicas. As circunstâncias imprevisíveis como a doença de uma vizinha, ou de um membro da família, acarretando uma temporada na fila do INPS, são suficientes para significar o estouro do orçamentozinho diário de uma favelada, pela necessidade dela comprar a lata de água a terceiros.

A falta de água pode refletir o estabelecimento de prioridades a partir de uma estrutura de poder não apenas classista, mas também "sexista", no sentido de que as necessidades da mulher, principal agente de produção de valores de uso para a família, não serem consideradas importantes no planejamento societário. É evidente, pelo menos, que as atuais prioridades não consideram o gasto de tempo da mulher, e o dispêndio físico dela, na procura de fontes alternativas de água, ou na tentativa dela cumprir suas múltiplas tarefas domésticas com uma economia "louca" de água. Estima-se o gasto de água por membro de uma família em torno de 77 litros de água por pessoa por dia <sup>9/</sup>. Numa família média de 5 pessoas, isso significaria um gasto de 385 litros de água diários. Como guardar este tanto de água em uma casa que usa a mesma bacia para lavar a louça, a roupa, o chão, e o bebê?

---

<sup>9/</sup> Grocey, Lucas Rogeura. ELEMENTOS DE ENGENHARIA HIDRAULICA E SANITARIA. Edgard Bloch Editor, S.P., sem data, pp. 37-38. Neste estudo, a cota "per capita" diária em São Paulo, em 1905, para uso doméstico, incluía os seguintes itens: bebida (2 litros/habitante/dia), preparação de alimentos (6), lavagem de utensílios (9), abluções diárias (5), banho de chuveiro (30), lavagem de roupa (15), limpeza de aparelhos sanitários (10). Nos Estados Unidos, preconiza-se uma média de 140 litros por habitante diariamente, no uso doméstico.



Coloca-se, então, a questão da conquista do poder pela parcela feminina da classe trabalhadora brasileira, um assunto que não será analisado neste trabalho, mas que merece maiores estudos.

Um dos documentos entregues à Comesa no dia da passeata destaca as donas de casas como heroínas:

"As donas de casa desta localidade descem uma ladeira muito grande em busca de água para suas necessidades, para que as roupas sejam lavadas. Essas heroínas descem a ladeira e lá encontram uma espécie de riachozinho, localizado nas terras pertencentes à Aeronáutica e lá lavam suas roupas. Mas este riachinho está lamacento e as pessoas que ali vão estão sujeitas a todo tipo de verminose."

Tendo alcançado a mobilização de 52 áreas em 6 municípios da RMR (Olinda, Jaboatão, Recife, Paulista, São Lourenço e Camarajibe) será que a classe trabalhadora conseguiu exercer um diálogo franco e participativo com as autoridades da Comesa? A tentativa de diálogo entre o povo e a Comesa, realizado ao ar livre no pátio da Comesa, foi relatado no jornal local:

"As autoridades da Comesa não fixaram nenhum prazo para um posicionamento oficial (sobre a solução dos problemas levantados pelos moradores)" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 26.3.82).

Várias comissões voltaram à Comesa para cobrar a normalização do abastecimento de água. Nestas alturas, as autoridades da Comesa informaram as comissões de que: "Existem projetos para regularizar o fornecimento de água em todo grande Recife, mas faltam recursos. O início dos trabalhos está dependendo da liberação da verba pelo Banco Nacional da Habitação

(BNH)" 10/.

Quando os representantes das áreas pediram uma explicação ao BNH, o representante do BNH "disse que iria conversar com a Comessa porque eles podem ter falado outra linguagem e as comissões terem entendido outra coisa". Tendo deixado a comissão sem nenhuma resposta definitiva sobre a questão da melhora da situação nos seus bairros, esta lançou uma carta ao povo do grande Recife citada abaixo, em que termina com a seguinte pergunta:

"Até hoje falamos apenas com o chefe de gabinete do diretor-presidente da Comessa. Porque o diretor da Comessa nunca recebe as comissões, mesmo marcando audiência?".

Uma das coisas que se tornou evidente nesta pesquisa é a dificuldade que a população interessada experimenta na busca de informação exata. Inclusive, são dadas informações contraditórias pelos representantes de diferentes empresas estatais. Este episódio curioso ilustra bem, ao nosso ver, a distância entre os interesses dos servidores públicos e o povo.

Refletindo sobre os depoimentos apresentados neste capítulo sobre um momento na vida do povo, é natural indagar: Por que a Comessa recebeu e serviu seus fregueses tão mal? E por que encontramos o Estado em confronto com a classe trabalhadora diante do problema de terrenos urbanos? Seja na defesa da posse privada da terra, seja na defesa dos direitos dos lucros da empresa estatal, testemunhamos um Estado atuando para garantir os

---

10/ Conselhos, associações e comissões de moradores de bairros do Grande Recife. "Ao povo do Grande Recife", mimeo, sem data. Sabe-se pela sequência de acontecimentos que foi publicado pouco depois do dia 6.7.82.

interesses da burguesia, em prejuízo aos interesses da maioria da população. Esta atitude classista do Estado se relaciona com a crescente dependência que o processo econômico brasileiro tem evidenciado da década de 50 para cá.

Na década de 50, o capitalismo internacional voltou a interessar-se pelos países subdesenvolvidos, após um período de distanciamento. Procurou-se campos férteis para o investimento. No Brasil, "a entrada do capital estrangeiro foi, imediatamente, apoiada pelo velho setor mercantilista e, inclusive, pelos empresários pois, se por um lado podia significar concorrência, por outro, significava cooperação, desde que estes últimos não tivessem pretensões de hegemonia, e aceitassem posição secundária". Os membros da burguesia nacional consentiram em se colocar numa posição secundária em relação às transnacionais, já que tinham assumido uma "posição de dependência do governo, de cuja proteção precisavam, de modo que uma segunda dependência não era problema para eles" <sup>11/</sup>.

A burguesia nacional não precisava mais, diante disso, do apoio da classe trabalhadora para fazer passar seus interesses na sua luta contra o poder dos grandes latifundiários. O quadro de poder foi se modificando radicalmente. A burguesia nacional e internacional passou a negociar diretamente com o executivo, enquanto as outras classes foram "marginalizadas das negociações que procedem à definição dos projetos e planos governamentais

---

<sup>11/</sup> Bresser Pereira, Luiz Carlos. EMPRESÁRIOS E ADMINISTRADORES NO BRASIL, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974, pp. 17-18.

consagrados no orçamento" 12/.

A prática do Estado se identificou cada vez mais com a proteção dos interesses da burguesia, já que ele não dependia mais da classe trabalhadora para sua legitimação 13/. É verdade que a burguesia nacional, desde 1976, apresenta sinais de inquietação com a atual distribuição do poder, em que se constata um "processo de marginalização política e econômica dos sócios menores do consórcio -- burguesia não associada (ao capital internacional), pequena burguesia, classes médias" 14/. Mesmo assim, não se evidencia uma necessidade sentida de ceder uma parcela significativa do poder à classe trabalhadora, excluída da esfera de decisões nacionais.

Estabelece-se, então, a seguinte cadeia causal: o aumento da dependência externa levou a burguesia nacional a sentir menor necessidade de um pacto social com a classe trabalhadora, que por sua vez chegou a experimentar uma piora na sua qualidade de vida, aqui visto do ângulo de moradia.

---

12/ Afonso, Carlos A. e Souza, Herbert de. O ESTADO E O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: A CRISE FISCAL, Rio, Ed. Paz e Terra, 1977, p. 89.

13/ É necessário compreender que este estudo retrata o relacionamento do Estado com a população de baixa renda na RMR nos anos da colheita de dados da pesquisa, isto é, de 1978 até 1983. Deve-se notar que o tipo de convivência estabelecido entre o povo e o governo acompanha sensivelmente as mudanças na conjuntura, de tal modo que a Prefeitura do Recife em 1987, por exemplo, pretende manter uma articulação mais estreita com as forças populares. Desse modo, a análise feita aqui é condicionada pelo contexto histórico em que os fatos sociais observados ocorreram.

14/ Afonso e Souza, op. cit., p.34.

A oposição sindical no Sindicato dos Securitários adotou, como seu lema de campanha em 1980, a frase "Se lutar, a gente ganha", fazendo lembrar do ditado popular já utilizado nos capítulos sobre fome e moradia, "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Eles colocaram uma terceira alternativa. Por que ficar na defensiva, ou pior ainda, se entregar à passividade? A classe trabalhadora pode vencer o bicho-fome, o bicho-moradia mínima, o bicho-desepero, pela luta ativa. Neste capítulo, examinaremos a luta da classe trabalhadora contra o bicho-desemprego e o bicho-salário baixo. Estudaremos a situação do trabalhador na sua situação de força de trabalho, para ver como a classe batalha para conseguir impor seus interesses na sociedade capitalista brasileira.

O desespero na luta para conseguir o dinheiro necessário para viver dignamente pode ser visto nos seguintes casos, contados no jornal local:

Um jovem, Raimundo Gomes, de 36 anos de idade, colocou o seguinte anúncio no DIÁRIO DE PERNAMBUCO: "Estudante de engenharia, achando-se impossibilitado de continuar com seus estudos por questões de dinheiro doa um rim, em troca de uma ajuda financeira". Desempregado, tendo gasto toda sua poupança feita durante anos como secretário de um colégio, então auxiliar de necropsia Gomes estava disposto a vender o rim para botar um pequeno negócio, assim custeando seus estudos de químico industrial (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18.7.79).

A dona Neide, ainda mais disposta, se ofereceu para vender qualquer órgão, a não ser os olhos, se alguém garantisse o internamento escolar dos seus dois meninos, de 9 e de 12 anos de idade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 18.7.79).

Neste capítulo, examinaremos a problemática da classe trabalhadora, que precisa satisfazer suas necessidades através da venda de sua força de trabalho. Veremos algumas das táticas empregadas pelo recifense trabalhador, desde o dispêndio de sua força física até a movimentação sindical. Depois, consideraremos alguns dos obstáculos institucionais que dificultam a realização das necessidades mais sentidas da classe.

#### 1. A luta pelo salário e pelo emprego

Nas favelas de Recife, as histórias das trajetórias pessoais mostram a capacidade de adaptação, e o amor à vida, que fazem parte da postura existencial do trabalhador brasileiro. Na pesquisa do PINS, encontramos caso após caso de gente que saiu do interior à procura de uma melhoria. Toparam tudo, jogaram-se na venda de bugigangas com uma disponibilidade de levar sol e chuva, para enfrentar a repressão irregular da polícia e as subidas e quedas do poder aquisitivo do conjunto da população. Conhecemos homens que saem de madrugada, dispostos a fazerem qualquer serviço, desde a instalação elétrica até a construção de casas, preparando-se para carregar malas ou ejetar túmulos no cemitério. A mulher vem do interior acostumada a trabalhar o dia todo, meto-se numa cidade grande. Ela se defende, tenta se empregar. Ela assume a direção de um lar, com ou sem o apoio de um marido. Muitas vezes ela se encontra desprovida da proteção masculina que a cultura a ensinou ser indispensável. Outras vezes, ela se encontra na posição de suporte financeiro principal da unidade familiar, até responsável pelo sustento de seu próprio marido. Lança mão de emprego, com a jornada dupla de trabalho e

com tudo que isso implica nos padrões culturais vigentes, aceita lavagem de roupa, vende picolé, pega costura, faz de tudo.

No esforço para conseguir uma renda suficiente para garantir as necessidades básicas da sua família, o trabalhador, a trabalhadora, tem um repertório variado de táticas que utilizam na luta, até agora desigual, entre sua classe e a burguesia faminta de lucros. A classe trabalhadora exerce seu poder no sentido de alcançar melhores níveis de remuneração, no nível individual e no nível coletivo.

#### 1.1 As iniciativas dentro da lógica do sistema

O trabalhador urbano, vivendo na favela de Santo Amaro, tem várias opções à sua frente, na luta para conseguir uma renda adequada para ele e para sua família. Ele pode procurar enquadrar-se no contingente de trabalhadores assalariados com carteira assinada, plenamente entrosados no sistema capitalista, ou ele pode apelar aos meios informais de sobrevivência que se multiplicam no centro urbano. Suas opções são limitadas. É verdade, pelas condições objetivas de uma cidade como Recife, em que quase 30% da população economicamente ativa no período de nossa pesquisa participava do setor informal 1/.

#### 1) A procura de um emprego

Um dos aspectos da vida do trabalhador recifense que

---

1/ Cavalcanti, Clóvis, A VIABILIDADE DO SETOR INFORMAL, Recife, Edições UNPE, 1978, p. 120.

muitas vezes vem do interior sem profissão, e que exige uma criatividade extraordinária, é a procura de emprego.

O homem chega do campo, tanguido pela fome, empurrado pelos projetos de modernização da agricultura ou pela especulação imobiliária. A fome é um grande fator nesta mudança:

Pesquisadora: "Como foi a vida lá (no interior onde morava antes de vir para o Recife)?"

Entrevistado: "Lá era outra derrota também. A gente trabalhava, trabalhava pra morrer, e nada tinha... Se vivia tudo doente, tudo leproso etc., tudo morrendo de fome. Porque nada dava".

Este beneficiado do PINS relata o estalo de esperança que motivou a sua chegada ao Recife:

--"Ah, eu mesmo disse: Deu um estalo. Que eu disse: eu não vou acabar meus dias de vida aqui na palha da cana. Eu tenho que procurar a minha melhora ou a minha piora mesmo. Bem, eu não sei, quem sabe, se foi Deus (que me inspirou). Ah, saí de lá. Vim pra aqui" (Gravação, beneficiado do PINS).

Mas, chegando em Recife, nem sempre realiza os seus sonhos. O grande sonho defronta-se com o pesadelo do desemprego. Uma senhora contou o caso de um ex-vizinho dela, que caiu no desemprego. No processo de pauperização crescente, ele perdeu todos seus móveis e finalmente 3 crianças faleceram.

A questão do desemprego parece uma mentira para muitos, especialmente para as pessoas de classe média, protegidas do impacto desta problemática estrutural por sua caderneta de poupança, "amigos na praça" e educação. Mas para o povo, a parcela majoritária da população que vive com 2 salários mínimos ou menos, o desemprego é uma realidade imóvel, uma pedra que nem



todas suas forças de vontade e determinação conseguem levantar. Para encontrar emprego, o povo cria e utiliza uma rede de conhecidos. Os parentes ficam de alerta pela busca de oportunidades de emprego, os vizinhos também. Cultiva-se amizade com pessoas bem colocadas estruturalmente, sejam estas políticas, patrões ou outros membros da classe média e da burguesia. O povo entende muito bem a sabedoria inbutida no ditado: "Mais vale um amigo na praça do que dinheiro na caixa".

Ainda mais, é surpreendente a versatilidade manifesta pelos trabalhadores. Diante da escassez e instabilidade do emprego, os trabalhadores passam a se capacitar em tudo:

--"De ajudante, eu trabalhei de construção, eu trabalhei no calcamento botando esses paralelepípedos, quebrando tudo. E eu trabalhei na rodoviária, limpando banheiro, eu carreguei frete na feira, entendeu? Tudo isso eu fiz" (Gravação, membro de grupo popular).

## 2) Horas extras

Uma forma de lutar contra a fome é a de aceitar trabalhar além do horário legal de serviço. Desde o início do sistema capitalista, o dono do capital tem percebido a vantagem oriunda da super-exploração de mão-de-obra que é a hora extra. Muitas lutas operárias têm se concentrado na reivindicação do estabelecimento de um limite legal à jornada de trabalho. O próprio dia em homenagem ao trabalhador, o primeiro de maio, é uma lembrança mundial da luta dos trabalhadores em Chicago pela aquisição deste direito. Do lado do trabalhador, a hora extra é uma forma particularmente desgastante de exploração, já que tira dele o que lhe resta de energia vital. Ele perde quase todas suas

energias no processo de produção para o dono da empresa, e suas horas fora do trabalho são totalmente dedicadas à reposição desta força para o próximo dia de trabalho. Desta maneira, pouco ou nada resta para o gozo de sua vida de família, de gente.

Para o sociólogo, estas horas também seriam utilizadas para fortalecer seus laços familiares e de vizinhança, criar um patrimônio de experiências comunitárias, desenvolver suas qualidades artísticas e lúdicas, religiosas e intelectuais. Para o trabalhador e sua família, o faltar das horas de lazer que a exigência costumeira da hora extra significa, é retratada numa música escrita por um operário em Recife.

Ele obriga a gente fazer hora extra  
Vai logo ameaçando nosso emprego perder  
De noite em casa vamos chegando com o corpo todo quebrado  
Cá vontade de morrer.  
Os nossos filhos já nem nos conhecem mais, éta vida mal vivida,  
A vida do nosso povo,  
A gente deita, nem dá cheiro na Maria  
Já é quatro da manhã começa tudo do povo" (música popular).

### 3) Apreciação de jovens e de mulheres no mercado de trabalho

Na medida em que a renda das famílias vai baixando, é comum ver a ampliação da participação dos outros membros da família no mercado de trabalho. Esta tática, utilizada tanto em relação ao mercado formal como ao informal, faz com que as conquistas da classe em lutas anteriores vão sendo retiradas uma por uma. Valoriza-se o trabalho feminino nas fábricas por causa da docilidade maior das operárias, em geral, dentro de um padrão cultural de dominação masculina. Assim, os pequenos direitos pelos quais os operários lutariam - o direito de beber água, de

descansar um instante diante da máquina, de fumar, de se congregarem no banheiro, etc., vão sendo retirados um por um na medida que a mão-de-obra feminina não resiste às opressões diárias. As grandes lutas por salários dignos são prejudicadas e enfraquecidas, já que as mulheres normalmente aceitam fazer o mesmo serviço do homem por um salário menor. Isso não nega que existam mulheres conscientes dos seus direitos, capazes de lutar por seus interesses e os de sua classe. Mas a sabedoria do gerente da fábrica em procurar mão-de-obra feminina não parte da exceção mas do comportamento geral das mulheres.

Na pesquisa do PINS, encontramos várias famílias com um grau bastante acentuado de mobilização de seus membros no mercado de trabalho. O seguinte exemplo é comum: Uma família nuclear -- pai, mãe e 10 filhos -- morava junta com 5 filhas da irmã da mãe. Nesta unidade domiciliar, oito pessoas traziam renda para a casa: dois operários (uma moça de tecelagem, e um rapaz na indústria de alimentos); dois outros trabalhavam em serviços de entrega (marmitas e galinhas). Duas moças eram domésticas remuneradas e dois rapazes trabalhavam em consertos (eletricistas sem carteira assinada). E sua casa não apresentava os sinais de luxo de uma família vivendo com uma folga razoável no orçamento. Ao contrário, o aspecto miserável da casa tinha sido um dos critérios inicialmente empregado para incluir esta família no programa de subsídio alimentar.

#### 4) Curso de especialização e estágios

A grande saída para resolver o problema de desemprego é

salário baixo é, na imaginação popular, a de alcançar a "boa leitura", ou "o diploma", como foi afirmada na entrevista seguinte:

--"Quem não tem diploma, não tem boa leitura, aqui morre de fome, não arruma nada, morre de fome" (Gravação, beneficiada do PINS).

Esta crença é estimulada pela influência da propaganda dos meios de comunicação de massa e pelas experiências de alguns companheiros. No entanto, o trabalhador que procura estudar se esforça quase além dos seus recursos humanos e financeiros. O estudo, feito simultaneamente com um dia inteiro de serviço (e ainda mais, com as horas extras), é prejudicado pelo próprio cansaço físico do aluno. O heroísmo do estudante do curso noturno, frequentemente um trabalhador esforçado, tem sido pouco comentado na literatura, e merece mais atenção. Ainda mais, o peso das mensalidades escolares dificulta o caminho de melhora de vida através da elevação do seu nível escolar. As incertezas do seu emprego, as catástrofes múltiplas que atingem a família do salário mínimo, exacerbam as dificuldades ainda mais.

Mesmo se conseguir concluir seu curso, tendo vencido todas as dificuldades que o cercam, o jovem da classe trabalhadora encontra o caminho para o bom emprego fechado, como contou um pai desiludido:

--"Meu filho fez um curso de desenho industrial. Dois, três anos fazendo curso. Mas quando chega lá (no emprego), querem dois anos de experiência. Então como é que ele pode trabalhar? Dizem que não aceitam porque não tem assinada a carteira de trabalho." (Gravação, membro de grupo popular)

É difícil aplicar a experiência de membro de classe média

nesta situação. A resposta do "senso comum" a partir da experiência desta classe diria: "Continue procurando. Não se desanime. O emprego está lá. É só se esforçar mais na procura". Aqui é que se necessita da imaginação sociológica pregada por Wright Mill: precisa-se pular da sua experiência classista para a de uma outra classe. A gente da classe média pode passar um tempo longo na procura daquele emprego que lhe parece mais atraente, porque há todo um sistema que a favorece para passar o tempo na procura. Nos Estados Unidos, por exemplo, aumentou-se a taxa de desemprego oficialmente considerado "pleno emprego" pelo argumento de que as pessoas, agora, passam mais tempo na procura de um emprego, do que outrora. Elas exigem mais do que antigamente. Isso automaticamente aumenta o número de pessoas que estão procurando emprego, e por isso, amplia o número de pessoas oficialmente classificadas como desempregadas. Para o povo brasileiro, no entanto, o sistema de apoio é muito precário. As exigências de todo dia fazem com que o indivíduo, e sua família, só possam aguentar a falta de uma renda por um pequeno prazo. Daí, o trabalhador tem que aceitar aquilo que aparece, muitas vezes jogando fora a especialização que deveria ter permitido uma subida na escala das profissões.

Diante da procura desesperada de emprego, é comum a utilização, pelas empresas, de estágios prolongados nas quais a pessoa trabalha, às vezes, sem receber nem o pagamento pela passagem, na esperança de algum dia ser escolhido para entrar nos quadros oficializados da empresa. No município de Paulista, por exemplo, em 1982, uma fábrica têxtil exigia dois meses de experiência das novatas. Durante este tempo, as jovens davam

produção para a firma, mas receberam apenas metade do salário mínimo. Encontramos muitos casos de pessoas fazendo estágios em hospitais sem receber remuneração ou com uma remuneração abaixo do que é exigido pela lei.

## 1.2 As lutas extra-sistema

### 1) O biscate

Na procura de um meio de sustento, o trabalhador cria novas fontes de renda:

--"Eu vivia apanhando vidro, osso, ferro pra vender... Eu vivia pelas esquinas, no alçô das casas, mas não roubava nada que era de ninguém" (Gravação, membro de grupo popular).

Se fracassar no setor formal, ou se por acaso seu caminho nunca o levar naquela direção, o trabalhador pode apelar ao setor informal para conseguir os meios de sustento. Um beneficiado do PINS explicou a mudança radical enfrentada por seu primo, que passou de dono de uma fábrica para vendedor ambulante. Na conversa, ele explicou o caso da mudança do setor formal para o informal:

Pesquisadora: Por que ele perdeu a fábrica?

Entrevistado: Porque não podia de jeito nenhum, né? A maré foi embrabecendo. Ele foi vendo que não dava certo. Ai, teve que acabar com tudo.

Pesquisadora: Ele está fazendo o que agora?

Entrevistado: Ele vive de ramo, né. Faz uma coisa, faz outra, assim. Negócio. Negocinho de cadeira que ele botou. E faz aqui um ganchinho, né, um meio de vida, sabe.

Pesquisadora: Mas não é mais dono da fábrica?

Entrevistado: E, não, senhora. (Gravação, beneficiado do PINS).

Mesmo que continue empregado no setor formal, o trabalhador frequentemente lança mão do biscate para um suplemento ao salário mínimo que recebe:

--"A gente está por aqui. Aparece sempre uma besteira pra fazer. O cara chama dia de domingo (para fazer um serviço). Outros caras aí, que também tem seus compromissos no dia de semana, no dia de domingo querem ajeitar a casa deles, fazer um aterro, um cimento, um piso, um negócio. Aí chama a gente. A gente vai, dá uma ajudinha, e arruma aqueles Cr\$100 ou Cr\$150" (Gravação, beneficiado do PINS).

Algumas pessoas habilidosas e conhecidas encontram maior vantagem no setor informal do que teriam se se submetessem às leis de oferta e demanda do mercado formal:

--Eu tenho um amigo aqui que não trabalha de empregado não. Faz biscate. Se sai melhor do que se fosse empregado. Porque você vê, por exemplo: eu, empregado, ganho Cr\$57 por dia. A pessoa, a fazer um biscate, ganha Cr\$150 por dia, né. É uma diferença grande" (Gravação, beneficiado do PINS).

Muito ligado com a escolha do biscate como meio de sobrevivência é a opção de aceitar relações clandestinas de trabalho.

2) Relações clandestinas de trabalho, com a perda dos direitos à previdência social e ao Fundo de Garantia

Na procura de uma renda qualquer, o trabalhador aceita a perda de seus direitos trabalhistas, partindo para o trabalho clandestino ou ocasional. Tudo isso pressionado pelas necessidades de sobrevivência imediata.

Um entrevistado que limpava os túmulos de algumas famílias no cemitério de Santo Amaro, lamenta os 21 anos de trabalho

clandestino que ele passou nesta ocupação. Devido a esta situação extra-legal, ele nunca acumulou os direitos oferecidos pelo INPS, a previdência social.

Entrevistado: Como estou dizendo a senhora, eu passei 21 anos trabalhando clandestinamente. Não tinha nada, nada. Não tinha direito a nada, nada, nada, nada.

Pesquisadora: 21 anos sem INPS?

Entrevistado: 21 anos.

Pesquisadora: Já podia quase se aposentar.

Entrevistado: Pois é. Eu vivia ali iludido. Só sei que vivi iludido" (Gravação, beneficiado do PINS).

Na procura de um jeito de sobreviver, o trabalhador sacrifica seu futuro. Aliás, torna-se necessário sacrificar até o futuro dos seus filhos, atirando-os no mercado de trabalho desde pequenos, tirando-lhes desse modo, a possibilidade de estudar, para poder "subir na vida".

### 1.3 O apeio ao Sindicato

Peça lógica, a população de baixa renda deveria lançar mão de reivindicação direta ao chefe do serviço quando há uma violação das leis trabalhistas. Poucos exemplos desta prática foram encontrados, no entanto, nas entrevistas realizadas. Supõe-se que isso reflete a situação real, até um certo ponto, diante do medo que o trabalhador experimenta. Este medo, de enfrentar o desemprego, acena como uma perspectiva desesperadora na família sem poupança, cercada por outros vizinhos e colegas que se encontram atravessando dificuldades semelhantes.

Mesmo com o medo generalizado do desemprego, encontrou-se



na pequena amostra do PINS um trabalhador consciente do valor do sindicato como instrumento de defesa de seus direitos (que não tinha medo de falar a uma pesquisadora desconhecida). NR: O medo é uma realidade quase palpável nas entrevistas, logo que se começa a falar dos direitos do trabalhador. Devese entender isso dentro de uma experiência de forte repressão aos movimentos trabalhistas no nordeste).

Pesquisadora: O senhor pertence ao sindicato?

Entrevistado: Pertença

Pesquisadora: O senhor acha que vale a pena?

Entrevistado: Bem, vale a pena, porque é o seguinte: Nesse negócio do sindicato, a gente sendo aliado com o sindicato é bom, devido esse negócio de salário. Porque, por exemplo, vem esse salário agora. Se ele não me pagar, se o patrão não me pagar, eu comunico ao sindicato. E aí o sindicato vai no escritório dele, ou na casa dele, seja onde for, e chega lá e obriga a ele a pagar na hora" (Gravação, beneficiado do PINS).

Percebe-se, no entanto, o desconhecimento de fatos essenciais para poder exigir o melhor salário possível. Vários entrevistados mostram falta de conhecimento das informações mais básicas sobre um novo reajuste salarial:

--"Agora tem esse aumento, agora que vem, se ninguém sabe em quanto é que vai ficar" (Gravação, beneficiado do PINS).

--"Agora tem esse aumento, agora do mês de maio, daí eu não sei dizer não, quanto é que vai ficar. Sei que tem esse aumento agora no mês de maio, e parece que no mês de julho vem outro...E, parece que é em julho ou é em março, uma coisa assim. Eu sei que tem 2 aumento ao ano. Quase todos dois um perto do outro" (Gravação, beneficiado do PINS).

Uma outra dificuldade na reivindicação salarial, que seria encaminhada através do Sindicato, é que muitos têm medo de serem vistos como maus elementos. Isso se explica pela experiência

vivida pelos trabalhadores do Recife, segundo nos informaram alguns trabalhadores sindicalizados, de uma lista negra utilizada entre as fábricas para impedir o emprego de trabalhadores combativos.

Indagação sobre as maiores dificuldades que possam ser experimentadas por um participante ativo no sindicato, um operário afirmou:

Entrevistado: Bom, as maiores dificuldades foram os regimes e o peleguismo, que ainda domina no Brasil. São os patrões dominando os sindicatos dos trabalhadores. A dificuldade que se encontrou foi o presidente do sindicato, o antigo presidente do sindicato que é um pelega. Pela saúde dos patrões, denunciou vários companheiros.

Pesquisadora: Tem certeza?

Entrevistado: Tenho certeza absoluta, tem companheiro nosso trabalhando em São Paulo, porque foi expulso da categoria aqui do Recife. Não teve mais condições de trabalhar em canto nenhum, foi denunciado pelo sindicato ao Ministério do Trabalho. Denunciado como comunista e agitador. Mas o grupo não desanimou e enfrentou, e muitos companheiros passaram fome, ficaram desempregados, mas assim lutando, né? (Gravação, membro de grupo popular).

Sabe-se que muitos trabalhadores sacrificam seus direitos claramente protegidos pela lei, não por ignorância, mas por saber que a morosidade do processo jurídico faria com que, mesmo ganhando, saem perdendo. Esta demora por parte do aparato jurídico, já visto na análise dos obstáculos ao exercício do poder popular quanto à moradia, é uma das armas fortes que coloca essa estrutura a serviço da burguesia. Por exemplo, não compensa ao operário brigar na justiça por um roubo de 40% dos seus rendimentos pela empresa, por que dentro de 12 meses, a inflação já faria com que esta diferença desapareça. Mesmo se o

trabalhador ganhasse na justiça, a inflação já "comeria" a diferença. E ainda mais, o trabalhador corre o risco de ser marcado como elemento nocivo, e de enfrentar o desemprego constante.

Uma outra dificuldade experimentada pelo trabalhador que quer participar ativamente no sindicato é a ameaça de repressão direta, por parte das forças policiais. Um líder dos metalúrgicos de São Paulo contou sua experiência 2/:

"Em 1969, quando a repressão foi muito grande, a assembleia criou a comissão de salário que logo em seguida foi preso na sua maioria. Eu tinha sido eleito também e fui um dos poucos que escapei de ser preso. Foram presas as lideranças das fábricas. Eram 41 companheiros presos. E de 69 para cá foi uma repressão violenta em cima do Sindicato dos metalúrgicos e isso esvaziou qualquer tipo de mobilização e movimentação".

As greves de 1979 até 1983 foram marcadas pela presença ostensiva das forças policiais, levando a morte de um operário num piquete em São Paulo e a prisão e julgamento de líderes sindicais na região de maior força operária, com a cassação dos seus mandatos nos sindicatos.

2. Os obstáculos institucionais à luta pelo salário humano e o pleno emprego

Se o operário apela a meios extra-sistema como o biscoite e o trabalho clandestino, se ele coopera com a lógica do sistema pela submissão às horas extras e condições desumanas de trabalho,

---

2/ Joaquim Arnaldo. "Depoimento" em TENPO E PRESENÇA, número 168, maio/junho de 1981, p. 33.

mesmo se ele desarticula sua própria família, mandando os filhos e a mulher trabalharem, nem tudo isso garante que ele consiga fazer frente ao crescente desemprego e decrescente salário, no período abrangido nesta pesquisa.

Ainda que ele procure seu sindicato, o órgão de defesa dos direitos da classe, os resultados positivos são poucos e aleatórios. Se ele registra um voto de protesto em massa, elegendo representantes da oposição, nem por isso consegue influir no rumo econômico do país.

Quais os mecanismos institucionais que bloqueiam as tentativas normais do trabalhador no sentido de melhorar sua vida? O que representa isso em termos do poder decisório da classe?

Nesta parte, apresentaremos alguns dos obstáculos institucionais ao exercício do poder popular naquilo que tange a aquisição de um salário adequado e o pleno emprego. Trataremos da política de industrialização, com seu impacto sobre a oferta de empregos. Examinaremos os obstáculos institucionais à luta por um salário justo, no exame da política salarial brasileira. Finalmente, uma breve consideração da política da legislação eleitoral mostrará alguns fatores que dificultam a participação política dos trabalhadores nas grandes decisões econômicas que produzem fortes impactos nas suas vidas.

A industrialização no Nordeste vem se caracterizando como um processo concentrador e centralizador. Ela provocou processos de concentração demográfica, econômica, e da renda na região. Estes processos aumentaram as desigualdades observadas na RMR. Ao mesmo tempo, os padrões tecnicistas empregados no

estabelecimento de incentivos à industrialização favorecem a consolidação do modelo de proteção ao crescimento. Otimos da crescente dependência da região quanto aos recursos, mercados, insumos e ocupação da produção. O resultado da convergência ocorre devido ao êxodo da mão de obra favorável ao Recife, aos custos das despesas abandonadas, ao crescente violência, ao taxa de mortalidade infantil. Consequentemente encontra a realização dos interesses da classe trabalhadora, se coloca como um obstáculo forte ao crescimento do poder popular.

### 3.1. Industrialização concentradora.

A concentração demográfica, econômica, e de renda observadas nas últimas décadas é reflexo de escolhas feitas por e para agentes extra-regionais. Trata-se de um processo de "expansão do capital oligopolista" através dos "principais grupos econômicos, já instalados no Sudeste, que se estendem em direção ao Nordeste, utilizando as vantagens do sistema de lucros" 3/. Os principais beneficiários do crescimento industrial regional recente têm sido as grandes empresas nacionais e multinacionais 4/. Eles não colhem os resultados do processo de concentração demográfico na RMR, um processo em que até 47% do crescimento da RMR é fruto de contingentes migratórios 5/. Estas grandes empresas não partilham

3/ Araújo, Lúcia Sácelar de. "Crescimento industrial do Nordeste para quem e para que". REVISTA PERNAMBUCANA DE DESENVOLVIMENTO, Recife, 8(1), jan/jul, 1981, p. 14.

4/ Ibid., p. 15.

5/ FICEM - Fundação do Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO (Recife, 1978), p. 15.

de apoio dos agricultores expulsos do campo devido principalmente às baixas produções no sistema canavieiro e no sistema gado-ovicultura (6). Eles não são obrigados a lidar com as despesas necessárias para oferecer uma infraestrutura para a população expulsos do campo, esta população que serve como reserva de mão de obra pronta a servir as necessidades do capital.

A dependência do Nordeste pode ser verificada em relação aos recursos que financiam o crescimento das mercadorias, insumos, e equipamentos do processo de desenvolvimento. Quanto aos recursos, o capital empregado nos projetos incentivados a partir dos anos sessenta é regional em apenas 25% das novas indústrias. Nos mercados destas empresas, apenas 42% das vendas ficam no Nordeste, enquanto 25% das vendas vão para São Paulo, e 15% para o exterior, deixando as sobras da produção para serem absorvidas pelo resto do país. No fornecimento de insumos, quase metade das indústrias incentivadas pela SUDENE compram seus insumos fora da região (48%), com 36% dos insumos adquiridos no mercado nacional, e 12% no mercado internacional. Quanto aos equipamentos utilizados pelas empresas, apenas 4% destes provinham do Nordeste, contra 60% comprado em outras regiões, e 36% no exterior (7).

Estes dois processos, de crescente concentração e crescente dependência, limitam as opções à disposição da própria região. Este desenvolvimento altamente tecnocrata, planejado

---

6/ Melo, Mário Lacerda de, METROPOLIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO, O CASO DO RECIFE, Recife, UFPE, 1976, p.15.

7/ Cavalcante, Jorge, e Clemente, Rosa, "Nordeste 1981", REVISTA PERNAMBUCANA DE DESENVOLVIMENTO, Recife, jun. 1981, p. 14.

dentro da lógica da necessidade de acumulação de capital, reproduzida de forma profundamente negativa na classe trabalhadora. De 1960 a 1976, enquanto os projetos no programa de incentivo ao Nordeste geraram uma renda "per capita" de Cr\$405.000 (a preços de 1976, equivalente a US\$40,800) <sup>8/</sup>, a maioria dos trabalhadores recifenses ganharam com rendimentos inferiores a 1,4 salários mínimos <sup>9/</sup>. A necessidade de repensar o Nordeste está se tornando evidente. Mas, enquanto os interesses da região não recebem a atenção necessária, e a autonomia essencial, não haverá os meios necessários para o povo trabalhador vencer o bicho-fome, filhote do bicho sub/desemprego que o atual processo de industrialização vem alimentando.

## 2.2. A política salarial

Um dos obstáculos às tentativas da classe trabalhadora no sentido de garantir um nível de vida compatível com a dignidade humana tem sido a política salarial brasileira. Segundo Juarez de Souza, esta política consiste na "determinação de ajustamentos sistemáticos do salário mínimo nominal com base na inflação passada, em intervalos constantes; eliminação de movimentos grevistas e mais tarde em 1967, instituição do Fundo de Garantia

---

<sup>8/</sup> Rebouças, Demundo E. "Política Fiscal e Disparidades Regionais no Brasil", REVISTA PERNAMBUCANA DE DESENVOLVIMENTO, Recife, 7(1), Jan/jun. 1980, p. 46.

<sup>9/</sup> 62% dos trabalhadores ganharam menos que 1,4 salário mínimos em 1970. Melo, Mario Lacerda de. METROPOLIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO. O CASO DO RECIFE, Recife, UFPE, p. 224.

por Teófilo de Barros (ANPEC, 1971). Simultaneamente, a questão dos reajustes salariais, com uma repercussão deflacionária, do trabalhador do Nordeste. Depois, tentativas dos setores de controle salarial empregadas pelo Estado para diminuir a competitividade da classe -- principalmente os instrumentos de controle do Sindicato e do Fundo de Garantia --. Veremos como a conjuntura consegue se enriquecer cada vez mais as custas da classe trabalhadora, tirando, pedacinho por pedacinho, os benefícios adquiridos através de lutas de classes trabalhadora nos tempos de autocracia.

#### 2.1. Os reajustes salariais

Desde 1966, os reajustes salariais tem sido controlados pelo governo brasileiro, tanto no setor dos funcionários públicos, como no setor privado. A política de reajustes salariais levou a uma perda real de mais de um terço do valor do salário mínimo entre o início e o fim dos anos 60 <sup>10/</sup>.

Houve uma tentativa de exercício de poder por parte da classe trabalhadora nas eleições de 1974, onde o eleitorado registrou um "não" a administração do país, com os candidatos do governo perdendo a maioria dos cargos políticos do país. Estas eleições e as de 1978 tiveram um papel notável na política

---

<sup>10/</sup> Souza, Juarez, *op. cit.*, "A política salarial e a inflação no Brasil, 1974-1980," in ANPEC, Brasília, 1982, p. 385.

<sup>11/</sup> Souza, *op. cit.*, p. 386.



econômica do Brasil 12/. Uma evidência empírica disso é o aumento no valor real do salário mínimo em 1975, quando os salários reais cresceram 12%, um aumento coerente com o crescimento médio anual do produto por trabalhador empregado, já que a produtividade tinha sido na ordem de 8% durante os três anos anteriores, enquanto o reajuste salarial tinha sido negativo em 1974 (-8,6%). 13/.

Mas não havia voto que pudesse combater o impacto da inflação acelerada do primeiro trimestre de 1975, devido a recessão mundial, o segundo choque do petróleo, e os aumentos nas taxas de juros internacionais. Diante disso, houve uma diminuição nas taxas de reajustes oficiais, com uma baixa de 1,075% no salário real 14/. Este trimestre foi marcado, também, por movimentos grevistas crescentes, exigindo salários reais mais altos. Outros segmentos da sociedade civil mostravam-se solidários com estes movimentos, contribuindo para os fundos de greve.

Nesta crise, a própria administração do Presidente Figueiredo sofreu uma divisão interna. De um lado, o Ministro do Trabalho e outros interessados numa política salarial que levaria à maior distribuição da renda. Do outro lado, os empresários e ministros da área econômica (Planejamento, Fazenda, Indústria, e Comércio) defendiam a manutenção da política anterior. Finalmente, aprovou-se uma política salarial que fazia uma

---

12/ Sobre isso, veja Lofler, Celso, O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: ESTRUTURA E PROCESSO, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975, especialmente parte 8, capítulo III, pp.71-100.

13/ Souza, op.cit.,p. 393.

14/ BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Anual, 1980, p. 130.

redistribuição de salários: tirando dos trabalhadores com rendimentos mais altos, para aumentar os salários menores.

A política salarial que resultou dessa luta da classe trabalhadora não representou uma fonte de inflação, nem de crescente desemprego. Os aumentos reais nos salários conseguidos em 1975 apenas compensavam a diminuição do salário real em 1974, junto com os aumentos de produtividade conseguidos. Daí em diante, os reajustes não tem tocado na relação fundamental entre o salário e o lucro. Do lado do desemprego, tudo indica que isso se deve "a severa crise de liquidez real de economia como a contração das demandas governamentais (encomendas) e não a aumentos de salário real. Ademais, esses fatores de demanda foram reforçados pela ausência de um substituto que não pode ser encontrado no setor externo, dada a recessão mundial" 15/.

#### 2.2.2. Política anti-greve e anti-estabilidade

Com o compromisso assumido pelo Estado junto ao capital estrangeiro, tornou-se necessária a ruptura de qualquer pacto com a classe trabalhadora que tivesse existido anteriormente a 1964. Para garantir uma mão-de-obra dócil diante de altas taxas de exploração, o Estado utilizou vários mecanismos de controle social para desarticular a classe trabalhadora. Para este fim, estabeleceram-se novos instrumentos de intervenção no sindicato. O sindicato já tinha sido atingido pela legislação sindical de

---

15/ Souza, op.cit., pp. 931-397, 405.

Cecílio Vargas, que prendeu a classe numa camisa de força, pela vinculação estreita estabelecida entre o sindicato e o Ministério do Trabalho. Vargas também diminuiu a força da classe trabalhadora pela imposição de uma estrutura divisionista no sindicato, exigindo a organização dele em categorias estanques.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 traçou as linhas essenciais do sindicalismo brasileiro que permanecem inalteradas até o tempo deste ensaio. A CLT impede a organização nos locais de trabalho, e também a coordenação entre as diversas categorias de trabalhadores. As funções do sindicato determinadas pela CLT incluem a de representação da categoria diante da Justiça do Trabalho, e a promoção de atividades assistenciais ou recreativas. Qualquer atividade política no interior do sindicato é proibida. Garantiu-se o atrelamento do sindicato ao Estado através de dispositivos designando um estatuto-padrão para as entidades. As finanças se tornaram sujeitas ao controle do Ministério do Trabalho, como também o andamento das eleições sindicais. O Ministério do Trabalho tem o direito de destituir diretorias eleitas legalmente, nomeando juntas interventoras de sua confiança. A própria existência legal do sindicato depende do reconhecimento do mesmo pelo governo.

Se a CLT já alijava o sindicato como instrumento de poder popular, o período pós-64 marcou a paralização quase que total das funções combativas do mesmo. Pela lei número 4.725, de 1965, o sindicato perdeu o direito de influir de uma forma substancial sobre o nível salarial de sua categoria, já que os reajustes

seriam fixados pelo governo. O Decreto 57.637 de 13.1.1966 proibiu reajustes divergentes do valor oficial decretado. Um outro decreto (Decreto-Lei número 25, de 29.7.66) proibiu a mudança do valor salarial dentro de 1 ano. Em 1967, qualquer acordo que não obedecia as normas da política econômica do governo foi declarado nulo.

À lado da paralização da função sindical de negociar os reajustes salariais, o Estado colocou um freio no direito de greve, plenamente garantida pela constituição em 1946. Na lei número 4.330, de 1.6.64, este direito "foi de tal forma cercado que praticamente desapareceu do arsenal de recursos legais a disposição dos trabalhadores". A greve ficou proibida para todos os setores considerados fundamentais para a economia: serviços de água, luz, energia, gás, comunicação, transportes, hospitais, bancos, etc. Foi decretado ilegal qualquer greve por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou de solidariedade. Com todas as restrições "o unico tipo de paralização eficaz consentido por lei é aquela que pode ser desonçada na ocorrência de atraso de pagamento por parte da empresa".

Com base nesta legislação, os sindicatos sofreram pesadas experiências de repressão. Entre 1964 e 1969, 108 líderes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores tiveram seus direitos políticos suspensos, e/ou seus mandatos eletivos cassados.

As intervenções se multiplicaram. No período de 1964 até 1965, houve 383 intervenções nos sindicatos, e mais 100 entre 1966 e 1970. Nas Federações, 45 sofreram intervenção no primeiro

... e a... (faint text)

... (faint text)

... (faint text)

157. Chahad, *Curso de Direito do Trabalho*, 1962, p. 106.

a perder, gradativamente a segurança, o salário, e o senso sindical.

### 3. Política eleitoral

A utilização do processo democrático como um mecanismo de dominação pela burguesia sobre a classe trabalhadora não é uma inovação do sistema social brasileiro. Já encontramos sátiras retratando as táticas manipulativas de eleições populares em livros como ANIMAL FARM de George Orwell. Mas a ilusão do poder popular criado neste processo tem sua feição própria no modo brasileiro de proceder.

Aqui, durante dois meses deliciosos, a classe trabalhadora se encontra tratada como a namoradinha predileta de todos os homens "importantes", que controlam -- ou querem controlar -- suas vidas (ou pelo menos os lucros derivados do seu espendio de força no trabalho). Ela leva cantada de todos os lados, e tem a sensação de que seu voto "é uma arma" com a qual o trabalhador pode premiar os bons e castigar os ruins. Um cartunista resumiu este cenário de animação e delírio coletivo numa charge com 12 quadrinhos. Nos quadros 1 a 10, os meses de janeiro até outubro, observamos o trabalhador entrando na fábrica, de cabeça baixa, batendo seu cartão com um ar de resignação eterna. De repente, em novembro, o operário cresce meio metro, toma o corpo e roupagem do Super-homem, e vota sua cédula eleitoral na urna. No último quadro, o de dezembro, encontramos o operário, fadigado, na mesma situação de cansaço permanente de sempre. É um comentário

interessante sobre as políticas de aliança propostas aos trabalhadores desde a época de Vargas.

Ja que a organização social brasileira tem se voltado cada vez mais ao serviço do capital internacional, os interesses de outros segmentos da sociedade têm sofrido uma marginalização cada vez mais completa do palco da política partidária. Neste contexto, as eleições se tornaram uma ameaça permanente à legitimidade do Estado, apoiado por uma parcela minoritária da população. Durante os últimos anos, depois da ruptura do pacto populista, e especialmente na medida em que se aprofundasse os vínculos com o capital internacional, constatou-se a invenção de uma sequência de instrumentos institucionais desenhados para evitar o rompimento por completo do equilíbrio social na época das eleições.

Quais foram os instrumentos de controle do poder que impediram a expressão popular de ecetização ou repúdio das políticas dos governantes pela classe trabalhadora? Oscar Beozzo faz um elenco de medidas oficiais tomadas neste sentido <sup>12/</sup>. Algumas das principais iniciativas neste sentido foram:

1964: cassação do mandato do presidente João Goulart, 69 deputados federais e senadores, 62 deputados estaduais, 10 vereadores, 6 governadores e vices, 20 prefeitos e vices.

1965: proibição de eleições diretas para a presidência da República (Ato Institucional número 2, de 27.10.65)

---

<sup>12/</sup> Beozzo, Oscar. "Pacotes Eleitorais", em TEMPO E PRESENÇA, CEJ, número 176, julho/agosto, 1982, Rio, pp. 10-18.

extinção dos partidos existentes, criando o ARENA, partido do governo, e o MDB, partido da oposição.

1964/65: Punição, sem processo e sem defesa, de 2.489 pessoas.

1966: Proibição de eleições diretas para os governadores dos Estados (Ato Institucional numero 3, de 5.2.66).

Proibição de eleições diretas para os prefeitos dos municípios das capitais do país (A.1.3).

1966/67: Punição de 305 pessoas, 80% destas pessoas tiveram mandatos políticos.

1968/69: Declaração de que mais de 100 municípios se tornaram áreas de segurança nacional, assim proibindo eleições diretas para os prefeitos destes municípios.

1969: Suspensão do direito novamente entregue ao povo (em janeiro de 1967) de votar pelos governadores dos estados (Emenda Constitucional de 17.10.69).

1976: Suspensão da relativa liberdade de acesso dos candidatos aos meios de comunicação social. O candidato não podia falar, só apresentar seu retrato, numero de inscrição eleitoral, e o nome do seu partido na televisão (Lei Falção).

Mesmo com todos estes instrumentos de controle nas mãos do governo, a classe trabalhadora deu uma vitória arrasadora a oposição em 1976. Diante da força da oposição, o governo fechou o Congresso Nacional, e baixou uma sequência de medidas que chegou a



ser chamada o "Pacote de Abril", de 1977. Neste pacote, a classe trabalhadora recebeu de presente 1) a proibição de votar nos governadores dos estados, 2) a determinação que a eleição dos governadores seria feita pela antiga Assembleia "confiável", e não pela nova Assembleia oposicionista, 3) um novo código para as assembleias legislativas, que modificava as regras de participação, para favorecer o peso governamental na eleição de governadores, 4) dos 44 senadores a serem eleitos em 1978, apenas 22 seriam escolhidos pelo povo. O governo nomeou os outros. 5) um remanejamento da representação dos deputados federais, favorecendo áreas rurais onde o peso de apoio ao governo era maior.

Em 1979, insatisfeito com os resultados obtidos com os mecanismos institucionais acima relatados, o governo extinguiu os dois partidos e ofereceu uma Reforma Partidária à classe trabalhadora. Debaixo da aparência de maior liberdade, já que a camisa-de-força do bipartidarismo artificial foi eliminada, esta legislação visou 1) fraccionar as oposições, e 2) manter unido o bloco governamental.

Em novembro de 1981, ainda receoso de uma vergonhosa derrota nas urnas, o governo colocou um novo pacote nas mãos da classe trabalhadora. Esta vez, a abertura do pacote mostrou que os partidos não podiam fazer coligações, o voto teria que ser vinculado em todos os níveis ao mesmo partido, e todos os partidos (mesmo o mais frágil) teriam que apresentar uma chapa completa, desde governador até vereador. Para garantir que este pacote passasse no Congresso, o governo obrigou o PDS a "fechar questão"

em favor dele. Assim, qualquer deputado que votasse contra a medida teria perdido seu mandato.

Esta pequena lista de mecanismos empregados para limitar o exercício do poder popular através da via parlamentar nem toda nos milhões de meios de coerção utilizados durante as campanhas. As histórias do voto "secreto" no interior, da contagem de mais votos do que eleitores, dos currules eleitorais, dos presentes e favores oferecidos em troca do voto, nem foram contados. Mas a reflexão sociológica que pretendamos oferecer, através deste olhar ao passado, refere a facilidade com que aparentes conquistas democráticas podem ser desfeitas pelas classes dominantes que controlam o aparato estadual e econômico. Sugere-se que é necessário examinar a questão do poder popular mais ao fundo se não queremos ser iludidos sobre o seu exercício por aparentes concessões históricas que não modificam as relações essenciais de poder. No próximo capítulo, tentaremos fazer isso.

Capítulo V  
Vence na vida quem diz sim -- à própria vida:  
As possibilidades do poder popular

O povo recifense, trabalhador, é de fato um povo que não abre mão da vida. Ele nos ensina o valor da vida, o valor que o leva todo santo dia a enfrentar e vencer os obstáculos pequenos e grandes que colapariam a energia de alguém menos amante da vida. É a nossa esperança que esta mesma persistência, este mesmo amor da vida faz com que o povo vença o bicho que quer destruir sua alegria e sua autonomia de uma vez para sempre.

Nos quatro capítulos anteriores, tratamos de dados, de histórias contadas, de análises já consagradas pela aceitação de parcelas apreciáveis da comunidade sociológica. Neste último capítulo, ao contrário, apresentamos as nossas impressões diante do fenômeno complexo do poder popular. Oferecemos um breve resumo do argumento desenvolvido ao longo deste estudo, quanto ao exercício do poder popular e os limites institucionais enfrentados pela classe trabalhadora. Depois, colocaremos algumas reflexões nossas sobre as raízes estruturais que encaminham a sociedade brasileira na direção de uma separação cada vez maior entre os que se encontram nos círculos mais íntimos do poder político, e a classe trabalhadora, que é tratada como a prima pobre, uma chata, incômoda, que tem que ser ludibriada para deixar de atrapalhar o andamento normal dos negócios. Finalmente, lançaremos algumas percepções nossas sobre os sinais de vitalidade no meio popular e na sociedade brasileira como tal, que nos levam a acreditar que a classe trabalhadora recifense se caracteriza como um povo que

vencerá na vida, não porque diz "sim" à dominação como na música popular citada no início deste estudo, mas porque diz "sim" a própria vida!

ii. Resumo. Poder popular, seu exercício e os limites institucionais ao seu pleno desenvolvimento

Nos capítulos sobre a luta contra a fome, e na procura de uma habitação decente e salário adequado, examinamos algumas situações, depoimentos, dados, que sugerem a validade das seguintes observações:

\* O povo do Recife tem utilizado os meios usuais para exercer seu poder, tais como reivindicação individual e coletiva, utilização racional dos recursos disponíveis dentro do sistema sócio-econômico, assembleias públicas e passeatas, participação dos sindicatos e conselhos de moradores, ação direta (greves e invasão de terrenos, por exemplo).

\* A burguesia local, nacional e internacional, embora dividida em facções que lutam entre si pelas maiores parcelas do poder político e das riquezas, age como classe quando vê a necessidade de impedir mudanças que poderiam modificar o "equilíbrio" desequilibrado de força entre ela e os trabalhadores.

\* Na sua tentativa de exercer o poder, a classe trabalhadora enfrenta problemas que surgem, não por causa da maldade individual por parte dos indivíduos da burguesia, nem por causa de uma incapacidade nata por parte dos trabalhadores: os obstáculos situam-se ao nível da própria organização social de uma sociedade

capitalista e dependente.

Refletiremos sobre cada uma das observações a seguir:

#### Um povo ativo

Na tentativa de resolver os problemas da fome, encontramos vivacidade na tomada de decisões por parte da classe trabalhadora, desde o manejo inteligente do cardápio até os movimentos de reivindicação de massa, fazendo frente ao bicho que chamamos de "Custo de Vida". O bicho "desemprego" também leva pancadas do povo, na sua busca de fontes alternativas de renda, no esforço de conseguir maior capacitação pessoal, na estratégia de jogar mais membros da família no mercado de trabalho. Diante da falta de êxito desses esforços individuais os trabalhadores apóiam a luta sindical. De modo semelhante, a insegurança da moradia (na área rural do RMR ou na área urbana) tem levado a iniciativas cada vez mais coletivizadas na tentativa de alcançar este bem básico da vida, um cantinho seguro que é seu, onde se possa enraizar e cultivar aquele senso de identidade e de continuidade tão necessário à pessoa humana.

#### A luta da classe burguesa

Vimos a atuação da burguesia na sua tentativa de impedir o exercício do poder popular ou ao menos diminuir ao máximo a organização permanente da classe, nos níveis jurídico, político, e econômico. No nível jurídico, examinamos a utilização da legislação como instrumento de controle dos trabalhadores, com a garantia que as regras do jogo tenderão, na maioria das vezes, a



então, reflexões sobre a estrutura que serve de pano de fundo para os limites institucionais ao exercício do poder popular.

## 2. A estrutura social classista, tecnicista, dependente

Sugerimos, então, que a pré-condição básica para a falta de pleno exercício de poder verificada na classe trabalhadora é a existência de uma estrutura social classista, tecnicista, e dependente. A causa radical da relativa ausência de poder na classe trabalhadora é, ao nosso ver, a própria estruturação da sociedade em classes antagônicas. No conflito gerado pela situação de desigualdade institucionalizada, a classe trabalhadora brasileira se encontra numa desvantagem absoluta diante da burguesia nacional e internacional.

Além desta atribuição classista, que identificaria a classe trabalhadora com seu irmão nos Estados Unidos, por exemplo, existem outras especificidades que limitam ainda mais o poder do trabalhador brasileiro, a partir de uma história de dependência do "centro" econômico do sistema capitalista, que vaga desde a época da colonização até os dias atuais. Esta dependência do centro tem produzido uma distorção na estrutura produtiva do país, e levou ao deslocamento de decisões básicas para fora do país, de tal forma que até a burguesia nacional se encontra numa situação de falta de poder relativo diante da força exercida pela burguesia internacional.

Um terceiro fator causal, ao nível ideológico, se caracteriza como um viés valorativo, que assimila elementos do positivismo do século 19, com seu fascínio pelo "progresso", para justificar a adoção indiscriminada de tecnologia avançada sem

medir o impacto desta escolha na vida do povo, ou até no conjunto da economia do país. Este encontro com a tecnologia, que chamamos de tecnicismo, pressiona a burguesia nacional a entregar o poder de decisão nas mãos de tecnocratas "capacitados" para efetuar um planejamento e administração da sociedade de forma "objetiva". A distorção provocada pela escolha tecnocrata acaba limitando o poder da burguesia nacional, que se encontra em desvantagens técnicas diante da tecnocracia. A classe trabalhadora enfrenta, conseqüentemente, uma tripla marginalização do poder, diante das classes dominantes, especialmente da burguesia nacional e internacional, e diante dos tecnocratas.

### 3. As possibilidades do poder popular

#### 3.1 Dois cenários do futuro do poder popular

Alguns milhões de anos atrás, a terra sustentava uma raça gigante de répteis, bichos que faziam a terra tremer com seu passo. Os bichinhos do Mato se escondiam quando o gigante passava: ele arrancava o que queria, pisava onde queria. O único jeito de sobreviver era ficar longe dele. Era o rei do mundo. Mas, com o passar do tempo, sua condição mostrou-se inadequada às contingências da mudança climatológica. Hoje, nenhum destes dinossauros apresenta-se para nossa admiração - só restam os esqueletos nos museus de história natural (uma honra um pouco seca, como todos devem admitir).

Hoje, anda pela terra uma nova raça de gigantes, que pisa onde quer, que leva o que quer. As grandes empresas



transnacionais não conhecem nenhuma fronteira. Elas se apresentam como os "reis do mundo". Com sua riqueza, incentivos financeiros, perícia gerencial, e competência técnica, as grandes empresas estão numa posição de influência talvez decisiva no futuro do mundo. Isso, não por um desejo conspiratório de arrancar o poder das mãos das nações ou dos indivíduos. É só que as empresas são poderosas mesmo, controlam recursos imensos, são agressivas no uso de sua riqueza. Elas tentam maximizar seus lucros, empregando planejamento a longo prazo para alcançar este objetivo. Nenhum indivíduo, nenhum país, consegue alcançar o nível de perícia que estas empresas podem juntar.

Os futurólogos atribuem às Transnacionais do futuro o papel que hoje é cumprido, mais ou menos bem, pelos governantes dos distintos países. Segundo esta visão, o mundo será, eventualmente, governado pelas transnacionais, que trarão a utopia tão almejada pela humanidade. Quando só existir uma única empresa transnacional, a consequência lógica da continuidade do processo de concentração dentro do sistema capitalista, a sociedade chegará à época de maximização dos seus recursos, através de uma gerência tecnocrata desinibida das exigências de responder a pressões da concorrência. Assim, cada pessoa será empregada na função que a empresa vê como mais adequada a ela, cada país produzirá e consumirá aquilo que é sua parcela justa dos bens terrestres. A idéia, até que é bonita. Só que contradiz a experiência da atuação das transnacionais hoje, caracterizada pela maximização do lucro, mesmo quando as estratégias vistas como necessárias para tal fim provocam enormes sofrimentos humanos.

O retrato pintado por um estudo da Comissão Trilateral

levanta dúvidas sobre a possibilidade de sobrevivência do gigante. Numa análise do tipo de participação necessária para que o sistema internacional funcione de forma eficiente, a equipe afirma: "Confiança mútua e boa vontade estão baixas no nível global; suspeitas mútuas e hostilidade estão em alta. Assim, participação ampla pode impedir a ação sobre assuntos importantes e produzir soluções tão complexas, ou tão enfraquecidas pelas negociações, que deixem de ser eficazes. A participação nas decisões deve ser determinada pela natureza do problema, o grau de interesse numa solução, e a probabilidade que tal participação levará a um acordo ou a uma solução" 1/. Se o clima mundial é tão hostil, até que ponto podemos esperar a sobrevivência dos grandes?

Já que examinamos um exercício em futurologia em que retratamos a vitória final das forças elitistas, representando os interesses das classes dominantes (ou daqueles que sobrevivem a luta intestina no seio da classe burguesa), convém brincar de profeta num quadro onde a dominação desapareça totalmente. Imaginemos uma sociedade em que cada pessoa tem um lar, um cantinho onde sua família possa partilhar sua vida, suas lutas, suas alegrias. Ela é inscrita numa comunidade de, digamos, 200 famílias ou núcleos familiares.

Cada membro da comunidade presta algum serviço à comunidade toda, seja na produção e processamento de alimentos, seja no suprimento das necessidades físicas, psicológicas,

---

1/ Cooper, Richard N., et alii. TOWARDS A RENOVATED INTERNATIONAL SYSTEM, The Trilateral Commission, NY, 1977, p. viii.

culturais ou espirituais de unidade social. Nas atividades produtivas, utilizam-se meios tecnológicos cuidadosamente selecionados para maximizar a produção diante dos valores de satisfação pessoal, saúde, poupança de fontes energéticas, e entrosamento com o meio-ambiente. A comunidade toda tem orgulho de seu grupo, e se esforça para viver os valores culturais para os quais ela é conhecida pelas outras comunidades. De vez em quando, há grandes celebrações de todas as comunidades numa região.

Quando um problema surgir que toca na comunidade toda, há um encontro de representantes que já trazem as idéias e sugestões dos membros de sua família. Um problema de maior alcance se trata da mesma forma, unindo representantes para tratar de problemas que precisam de uma solução ao nível de uma bio-região ou até ao nível trans-regional. A riqueza é partilhada, o ser tem prioridade alta: as ciências e as artes florescem. As aplicações da tecnologia e o uso da ciência são determinados ao nível apropriado. Articulações ao nível de área, região, país, continente, e ao nível mundial, completam o quadro. Mais do que isso, há um senso coletivo do "nos", integrado numa mesma caminhada histórica, para conseguir sempre maiores graus de amor mútuo e comunhão com o universo.

É um quadro utópico? Talvez nunca chegue a ser realizado. Mas é um exercício baseado em fatos já conhecidos, em formas societárias já experimentadas. O modelo mais conhecido, talvez, seja o da comunidade indígena. Falta-nos conhecimento e acima de tudo, de compreensão, do funcionamento "contra-cultura" destes

grupos humanos. São "contra" cultura? ou "a favor" de uma cultura que incorpore valores humanos que estão em via de extinção nas sociedades capitalistas? A procura de tecnologia apropriada, de pequena escala, já está em curso. Quando o sistema capitalista cair, teremos várias alternativas disponíveis em termos de modelos de utilização da ciência. Cada tentativa de colocar em prática uma sociedade dirigida pelos trabalhadores também traz novos elementos para a aproximação cada vez maior do ideal. É conhecida a corajosa experiência da China com formas alternativas de tecnologia. É importante perceber o valor das suas experiências no campo de tecnologia apropriada, ao alcance do povo.

Será que o povo brasileiro tem condições para transformar seu sistema social de maneira que prestigie os pequenos, nivele as classes, permita o desenvolvimento de um novo tipo de processo econômico? A marginalização atual traz no seu bojo as sementes de uma comunidade igualitária no futuro? Para que haja uma mudança que levaria, gradativamente, a uma re-estruturação completa da sociedade, teria que reunir as condições objetivas necessárias para sustentar tal mudança com as condições subjetivas que capacitaria o povo a aproveitar da situação objetiva.

### 3.2. As possibilidades do poder popular

Nas observações que seguem, não pretendemos fazer afirmações que reflitam a situação do poder popular de forma exaustiva. Nosso estudo se prendeu ao processo de superar os limites e possibilidades do poder popular entre uma pequena parcela

da classe trabalhadora. Mesmo assim, achamos interessante e sugestivos os resultados colhidos. As ideias normalmente tendem a se espalhar numa cultura, de tal modo que as observações de um brasileiro, que em frustração convidava os governantes a morar debaixo de uma ponte, pode refletir uma observação aceitável em toda uma convivência social. Observou-se um processo de desmistificação da ideologia promovida pela classe dominante, que pode solapar a hegemonia da burguesia, na medida em que a maioria dos trabalhadores chegam a tomar consciência da dominação a que estão submetidos, e das possibilidades de eliminá-la.

No campo econômico, vários fatores parecem-nos significativos na preparação das necessárias condições objetivas para conseguir uma mudança radical. De um lado, temos o desemprego e o funcionamento do setor informal na cidade do Recife. Do outro, encontra-se a expulsão de grandes contingentes de camponeses, e a imposição de grandes projetos, de validade questionável. O desemprego desata um dos nós de controle social mais poderoso que a sociedade tem a sua disposição. Sem uma atividade remunerada regular, o trabalhador não se submete à pedagogia da dominação de forma sistemática. O desempregado não tem mais nada a perder diante da estrutura social como um todo. Ao mesmo tempo, sua situação frequentemente o traz de volta à sua comunidade, à sua vizinhança, para o apoio necessário para sua sobrevivência.

O setor informal pode ser visto, não só do ponto de vista de uma marginalização do trabalhador do sistema capitalista, mas também como um ensaio a outros tipos de relacionamento econômico. É no setor informal que a noção de "preço" se relativiza, segundo

a necessidade do comprador, por exemplo 2/. É também no setor informal que a pessoa tem maior liberdade para escolher seus horários de serviço e condições de trabalho. A tecnologia empregada é tipicamente poupadora de energia, com uma baixa relação capital-trabalho. Enquanto a construção do Metrô do Recife era prevista com um preço médio de US\$ 25 mil por emprego, 3/, um emprego no setor informal iniciou-se, no caso de uma entrevistada, com a compra de 1 kilo de açúcar e três cocos. A empresária usou o fogão da sua irmã, gastando um preço total beirando no valor de US\$ 3 -- sim, três dólares. Claro que o investimento para iniciar um emprego tal como a venda de cocada não pode se tornar a norma para a nova sociedade, mas a questão da irracionalidade de uma política tecnocrata de emprego continua em pé.

A expulsão dos trabalhadores do campo, embora seja um desastre que deve ser combatido, também pode trazer certas vantagens do ponto de vista de uma mudança sistêmica.

Um jovem operário afirmou que depois de vir para o Recife, ele chegou a perceber a questão da exploração do trabalhador pelo patrão:

"Acho que me ajudou bastante a minha saída do interior, inclusive o nível de consciência para com os meus companheiros. Porque eu não tinha uma visão de exploração. Achava que uma fábrica era a salvação da pessoa que saía do interior".

---

2/ Cavalcanti, Clóvis. VIABILIDADE DO SETOR INFORMAL, Recife, IJNPS, 1978, p.80.

3/ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 5.12.82. O metrô, orçado em US\$ 425 milhões, criaria 5 mil empregos.

Ele chegou a entender que o sistema capitalista é basicamente competitivo, exigindo a luta de todos contra todos:

"Aqui, com o passar dos tempos, né? ou foi: compreendendo que esse não é o meio de subir, que é o meio que eu subo sozinho, pisando nos outros, usando os outros como escada para subir".  
(Gravação, teceição)

Há uma mudança na percepção da realidade social quando o camponês vem a cidade. O sistema de valores por ele entrosado no campo, valores baseados na solidariedade e na comunidade, entram em choque com os valores apresentados pelo mundo capitalista. Quando se considera o impacto deste tipo de experiência, escrito ao nível social, esta dissonância parece um fato fértil na possível destruição da legitimidade do sistema capitalista aos olhos da classe trabalhadora recifense.

A criação de novas formas organizacionais populares, é um outro elemento animador. Sabe-se que brotam por tudo que é de canto. Que se trata de grupos de uma variedade imensa, utilizando uma multiplicidade de formas estruturais diversas, onde o poder é exercido sem fiscalização de nenhum agente da super-estrutura oficial. Às vezes, o mundo popular brasileiro parece um enorme laboratório, onde todas as experiências pensáveis estão sendo desenvolvidas simultaneamente. É o povo quem está criando-as. Mesmo nos sindicatos e nos conselhos de moradores, regidos pelas leis do estado burguês, o trabalhador está buscando e realizando formas de organização mais adequadas à sua experiência e à sua esperança. Nas nossas andanças, encontramos frequentemente a proposta da união dos trabalhadores:

"Nos, agricultores de Igarassu e Paulista, resolvemos fazer esta assembleia, convocada por cinco áreas, porque a gente descobriu que só com a nossa união e a organização de nossa classe é que podemos fazer frente a pressão dos grandes". (Gravação, assembleia de Igarassu)

É significativo que esta assembleia não foi convocada por nenhum órgão reconhecido, e sim, pelos próprios lavradores. É interessante, também, a percepção deste lavrador da dominação exercida pelos "ricos", que sabem muito bem se unir em seu próprio benefício:

"A gente está cansada de saber que, quando os ricos quer que o pobre fique como sapo debaixo do pé do boi, a primeira coisa que faz é se unir". E porque nos agricultores, pescadores e trabalhadores da cidade não se une para conseguir melhores dias de vida?" (Gravação, assembleia de Igarassu).

A organização verdadeiramente popular, que vem se criando, será fruto de todas as tentativas pequenas, penosas, que vem acontecendo.

Encontra-se uma dinâmica da percepção do orgulho no meio popular, onde se é valorizado pela própria situação de classe em que se insere:

"Não me envergonha de dizer, tenho honra de morar naquela choupana, porque sou pobre. Eu tenho honra da minha pobreza". (Gravação, assembleia de Paulista).

Um depoimento deste tipo, bem aceito em praça pública, parece, a esta pesquisadora, refletir um passo importantíssimo no exercício de uma forma mais ativa de poder por parte do povo. Valorizando-se como pobre, o povo é capaz de valorizar a cultura popular, baseada na solidariedade, na ajuda mútua, na cooperação em vez de competição. Aceita e afirmada por esta cultura, estes



valores, podendo entrar na construção de um socialismo menos poluído dos venenos que a luta de todos contra todos insere no ambiente social.

Nun outro depoimento, a palavra "invasor" é assumida por um orador como símbolo de status elevado. Ele considera que sua moradia em terra de invasão está estabelecida em terra santa "porque nela moram pessoas sofredoras". Esta percepção legitima a luta ativa do povo para conseguir dias melhores:

"Eu me sinto honrado de ser invasor de terra. Invasão de terra não é desonra. Desonra é faltar pão na mesa das nossas casas... Esta terra é santa. Esta terra é santa, porque nela corre o sangue das injustiças sociais contra nós. Esta terra é santa, porque nela moram pessoas sofredoras" (Gravação, assembleia do Recife).

A legitimidade do próprio sistema é posta em dúvida pelo relacionamento do povo com a polícia. Ela é vista, não como defensora da segurança do cidadão, mas como agressor, como gente que oprime e perturba a tranquilidade do seu lar:

"Faz vários anos que nós ali vive oprimido pela polícia, permanecendo muito tempo nos perturbando" (Gravação, assembleia do setor sul).

A polícia é vista como agente direto dos donos das terras, e quase como exército de ocupação, no depoimento seguinte:

"No x., havia 12 carros de polícia para amedrontar o povo, o povo que sofre, o povo que luta pelo direito de viver. O povo não quer guerra. O povo quer paz e o direito de viver. É por isto que luto, meus senhores" (Gravação, assembleia do Recife).

É importante compreender o impacto das últimas frases, que para nós representam a verdadeira esperança brasileira. "O povo não quer guerra. O povo ... luta pelo direito de viver". Na

moçada em que o povo toma a luta nas suas mãos, chegaremos mais perto da sociedade sem classes, a sociedade sem opressão. O povo ama a vida, e nunca deixará de escolhê-la, mesmo se for necessário morrer para dar vida aos seus filhos.

#### 4. Poder popular - pode?

Ao longo deste ensaio, vimos o povo ativo, exercendo um certo grau de poder apesar de limitações institucionais cada vez mais fortes, com a crescente centralização e concentração do sistema capitalista. Brincamos com um modelo utópico, onde nenhuma classe existiria, devido a mudança efetiva da própria estrutura social, fazendo com que a atual concentração econômica e política não vigorasse. Sonhamos com a imagem de uma comunidade auto-abastecida para a maioria dos seus produtos, auto-dirigida, operando a partir dos princípios de comunhão entre si e com a natureza.

Na verdade, estamos longe deste modelo, e estamos em vias de destruir os poucos grupos humanos que conseguem viver os valores que o sistema capitalista não aguenta, as tribos indígenas.

Mesmo assim, alguns passos da caminhada rumo a sociedade sem opressão já foram dados. Os sinais de esperança no meio do povo são muitos. No seio da própria burguesia existe um descontentamento que poderia levar elementos especialmente sensíveis a colocarem seus conhecimentos, sua energia, seus recursos, a procura de alternativas. Alias, isso vem acontecendo. Se o dinossauro morrer do seu próprio peso, já haverá muitos

bichinhos brincando nas relvas, aptos para dar continuidade à força da vida. Talvez a nova sociedade surja da própria morte da antiga, como a borboleta surge da crisálida.

É o tenor burgues?

Se é verdade que a classe trabalhadora "não tem nada a perder e não quer seus grilhões", o mesmo não pode ser dito da burguesia brasileira, na eventualidade de uma transformação sistêmica. Na medida em que a burguesia, e até a classe média, depende de sua posição na sociedade como meio de definir seu valor como gente, a perda desta aparente superioridade significaria, para ela, a perda de seu senso de dignidade humana. Na medida em que a burguesia se envolve com falsas necessidades, achando necessário a posse de várias casas, de uma babá, viagens na Europa, etc., a proposta de igualdade com a maioria da população não é muito encantadora.

Convém começar agora a modificação interna à própria burguesia que facilitará sua inserção no novo projeto societário a vir. Exige-se uma modificação profunda de valores, um despreendimento de estilos de vida luxuosos diante dos recursos à disposição da sociedade. É necessário se livrar das cadeias douradas que prendem a burguesia brasileira aos interesses das forças anti-povo ao nível do sistema mundial capitalista. O burguês, como nós todos, tem que cultivar um equilíbrio emocional que permita o abandono dos medos que levam à necessidade de controlar os outros. O burguês, e todos nós, precisa descobrir seu valor na sua contribuição à sociedade, e não nos prêmios

económicos ou políticos que recobe dela. O burguês, e todos nós,  
tem que descobrir o sentido do amor.

A escolha existe -- escolhe-se a vida ou a morte?

Apostamos na vida!

**minC**  
Ministério da Cultura

Fundação Joaquim Nabuco 